

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL



JOYCE SOUZA DOS SANTOS MANIMA

**O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: A INSERÇÃO DOS
ASSISTENTES SOCIAIS EM ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO
DO RIO DE JANEIRO**

RIO DE JANEIRO, NOVEMBRO DE 2015

JOYCE SOUZA DOS SANTOS MANIMA



**O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: A INSERÇÃO DOS
ASSISTENTES SOCIAIS EM ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO
DO RIO DE JANEIRO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau em Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. M^a. Elaine Martins Moreira

RIO DE JANEIRO, NOVEMBRO DE 2015

JOYCE SOUZA DOS SANTOS MANIMA

**O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: A INSERÇÃO DOS ASSISTENTES
SOCIAIS EM ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Escola de Serviço Social da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como parte dos
requisitos necessários à obtenção do grau em
Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em

BANCA EXMINADORA

Orientadora Prof^a. M^a. Elaine Martins Moreira (UFRJ)

Prof^a. Dra. Gabriela Lema Icasuriaga (UFRJ)

Prof^a. Dra. Gláucia Lelis Alves (UFRJ)

Dedicatória

Ao meu Deus por me capacitar, aos meus Pais e ao meu esposo que sempre se preocuparam em me oferecer o melhor, apoiando-me em todo tempo em oração para a conclusão desta etapa da minha vida. Se não fosse vocês e a ajuda do nosso Deus não teria chegado até aqui.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiro ao meu Deus que me capacitou e me fez superar todos os obstáculos para conclusão desta monografia. Meu amigo fiel, a Ele toda Glória e Honra!

Aos meus pais João B. dos Santos e Antônia Maria S. Souza que sempre me incentivaram dando palavras de ânimo, investiram e acreditaram em mim. Foram batalhadores e muitas vezes abriram mão de obter certas coisas para investir na minha educação. O exemplo de vida de vocês junto com o meu desejo em honrá-los me fez chegar até aqui e, certamente, novas conquistas virão a partir desse momento. Saibam que toda dedicação de vocês não foi em vão. Sou feliz por ter vocês como Pais! Obrigada por tudo, amo vocês imensamente!

Ao meu esposo, Benvindo Manima, que sempre teve paciência e supriu todas as minhas necessidades (idas e vindas Brasil/Angola). Sem reclamar ficou por muito tempo sozinho em Angola, enquanto eu estava no Brasil tentando concluir este trabalho. Com o tempo percebi que só conseguia produzir mais quando estava ao lado dele, pois ficar distante para mim era horrível. Por isso, que a monografia quase toda foi escrita em Angola. Sinceramente, não sei o que aconteceria se eu não tivesse você no meu pé cobrando disciplina e fazendo cronograma de metas. Até uma auxiliar para cuidar da casa você contratou para que eu pudesse me dedicar em tempo integral a este trabalho. Te amo amor, obrigada por tudo!

À minha sogra, minha segunda mãe, por todo suporte que me deste e pelas constantes orações. Amo demais a senhora!

Às minhas irmãs Giselle, Cláudia, Cléa e Cleide que também acreditaram em mim, sempre me davam força e oravam por mim para eu não desistir. Louvo a Deus pela vida de vocês!

Às minhas sobrinhas Thayane, Brenda e aos sobrinhos pequeninos Vitória, Esther e Bernardo que sempre nos meus momentos de tensão, nas minhas horas vagas, me proporcionavam intensos momentos de grandes risadas e alegria. Titia ama vocês!

Aos meus cachorrinhos Jack e Charles que também me faziam relaxar nas horas vagas e esquecer um pouco a tensão que é escrever uma monografia. Amo vocês!

À minha tia Rosimere Eugênia e minha prima Marcela por todo apoio e incentivo. Nos meus momentos de crise vocês me encorajaram a lutar e não desistir. Muito obrigada!

Aos meus pastores Vagner Palha e Márcia Palha, pois vocês foram fundamentais para o alcance desta minha conquista. Obrigada pelos conselhos, palavras de encorajamento e pelas constantes orações. Amo vocês!

À Comunidade Evangélica de Honório Gurgel, em especial, ao ministério de dança Geração Eleita por terem sido pacientes nos momentos que precisei me ausentar. Vocês são especiais para mim!

Aos meus apóstolos Samuel Brum e Elizabeth Brum, pois mesmo tendo uma vida corrida, vocês me honraram estando comigo no dia da minha formatura. Amo vocês!

À minha professora e Orientadora Elaine Moreira, por ter sido uma grande amiga e ter me motivado em todo tempo. Obrigada pela paciência e por acreditar em mim e não desistir. Eu não poderia ter escolhido melhor!

Agradeço também a banca examinadora, compostas pelas professoras Dra. Gabriela Icasuriaga quem gosto muito e a querida Dra. Gláucia Alves por terem aceitado fazer parte desse momento decisivo de minha vida.

Aos irmãos da Comunidade Cristã S8, em especial, as irmãs em Cristo, Cristina e Denise Sampaio por terem me apoiado em momentos difíceis se colocando a disposição para estarem comigo conversando e orando. Obrigada meninas, vocês fazem parte dessa vitória!

Aos meus amigos e padrinhos de casamento Daniel Antunes e Thatiana Telles que contribuíram muito no início desta monografia. Amo muito vocês!

Às minhas amigas, Helena Sales e Carla Tostes, a primeira por sempre conversar comigo sobre o tema da monografia, gostava de ouvir o que eu já havia escrito e colaborava com suas perguntas e reflexões sobre o assunto. A segunda, por ser pedagoga e compartilhar comigo experiências do seu dia a dia no ambiente escolar. Além do grande incentivo e apoio que ambas me deram. Vocês são minhas amigas irmãs!

À minha querida amiga de graduação Viviane Melquiades pelo carinho e palavras de incentivo. As mensagens que me envia todos os dias tem feito diferença na minha vida. Amo você!

Às minhas queridas amigas de graduação e companheiras de estágio, Jessicka e Carina, pois sempre que eu precisava me ajudavam sem medir esforços. Foi muito bom caminhar com vocês. Vocês são demais!

Aos meus amigos Euler e Renata Colen e seus filhos Erick e Lucas, a família muito querida da qual me aproximei há um ano e que tem sido muito bom caminhar com eles. Obrigada pelas constantes orações! Amo vocês!

À minha psicóloga preferida Tia Angelina, e seu esposo tio Erisson e suas filhas e minhas amigas Clarissa e Milene, e aos pequenos cachorrinhos Brian (in memoriam) e Lili por serem tão fofos. Essa família acolheu meu esposo e agora também a mim, me permitindo

dormir sempre em sua casa quando saía tarde da faculdade. Muito obrigada família! Amo vocês de graça!

Ao tio Joir e tia Lucia por sempre estarem dispostos a servir. Vocês são bênçãos em minha vida!

E a criança que aprendi amar em Angola, Maria Antônia, mais conhecida como Antonica, uma criança que com sua história de vida me motivou ainda mais escrever este trabalho. Deus te abençoe minha pequena!

A todos o meu muito obrigada!

EPIGRAFE

“Seria uma atitude ingênua
Esperar que as classes dominantes
Desenvolvessem uma forma de educação
Que proporcionasse às classes dominadas
Perceber as injustiças sociais de maneira crítica.”

(Paulo Freire)

RESUMO

MANIMA, Joyce Souza dos Santos. **O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: A INSERÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS EM ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.** Rio de Janeiro, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

A presente pesquisa discute o Serviço Social na educação, destacando a inserção dos assistentes sociais nas escolas públicas do município do Rio de Janeiro. Relata a importância deste profissional dentro da escola e como este poderá contribuir, a partir de suas competências e atribuições profissionais, para a garantia dos direitos sociais da criança e do adolescente, diante dos desafios postos à instituição escolar que sofre implicações oriundas do ideário neoliberal que repercute na sua estrutura e funcionamento, sendo atualmente palco das mais diversas manifestações da questão social que interferem de forma negativa no desempenho escolar dos alunos. No final do trabalho dá-se ênfase na experiência do PROINAPE (Programa Interdisciplinar de Apoio às Escolas), um programa composto por assistentes sociais, psicólogos e professores que são encaminhados para as escolas com problemas de baixo índice de desempenho escolar e/ou evasão escolar para que através de uma intervenção multiprofissional, a referida equipe traga respostas que possam amenizar as demandas postas pela instituição. Considerando que para uma intervenção mais efetiva é de extrema importância a ação interdisciplinar contínua dentro das escolas, por isso a necessidade da aprovação do projeto de lei 3688/2000, na qual dispõe sobre a inserção de assistentes sociais e psicólogos no quadro de funcionários das escolas públicas de educação básica, pois permitirá a estes profissionais conhecer melhor a realidade da instituição, dos alunos e suas famílias e assim, buscar articulação com outras políticas sociais, quando necessário, a fim de oferecer melhor resposta as demandas apresentadas, compreendendo que essa estratégia de intervenção poderá também contribuir para efetivação do direito ao acesso e permanência do aluno na escola pública de qualidade.

Palavras chave: Educação, Serviço Social e Questão Social

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
CA	Centro Acadêmico
CAICs	Centro de Atenção Integral à Criança
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistência Social
CBCISS	Centro Brasileiro da Conferência Internacional de Serviço Social
CCJC	Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo
CEASM	Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CF/88	Constituição Federal de 1988
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CIACs	Centro Integrado de Atendimento à Criança
CIEP	Centro Integrado de Educação Pública
CNS	Conselho Nacional de Serviço Social
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DCE	Diretório Central dos Estudantes
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENESSO	Executiva Nacional dos estudantes de Serviço Social
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Desenvolvimento de Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior

IFs	Institutos Federais
IPPUR	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Projeto de lei
PNTE	Programa Nacional de Transporte Escolar
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROINAPE	Programa Interdisciplinar de Apoio às Escolas
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSE	Programa Saúde na Escola
PT	Partido dos Trabalhadores
RPE	Rede de Proteção ao Educando
REUNI	Programa de Apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SESI	Serviço Social da Indústria
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU	Sistema de Avaliação Unificado
SMAS	Secretária Municipal de Assistência Social
SME	Secretária Municipal de Educação
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988	16
1.1 Educação no Governo Sarney	16
1.2 Educação no Governo Collor e Itamar.....	19
1.3 A educação no contexto dos governos dos partidos PSDB e PT: diferenças e continuidades	24
2 ELEMENTOS DA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL	41
2.1 O Surgimento do Serviço Social no Brasil e seu Conservadorismo	41
2.2 Apontamentos sobre o Movimento de Reconceituação no Brasil	45
2.3 A construção do Projeto Ético Político da Profissão de Serviço Social no decurso do processo de renovação profissional.....	50
3 A INSERÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS EM ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS E QUESTÃO SOCIAL.....	55
3.1 Escola e Questão Social	55
3.2 Discutindo a contribuição profissional do assistente social na educação	66
3.3 Apontamentos sobre o PROINAPE (Programa Interdisciplinar de Apoio às Escolas) no município do Rio de Janeiro e a inserção dos assistentes sociais	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
REFERÊNCIAS	84
ANEXOS – Projeto de Lei 3688/2000 e substitutivo do Senado ao Projeto de lei da Câmara nº 60, de 2007 (PL 3688/2000).....	90

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso faz referência à inserção do assistente social na política social de educação. Minha participação no campo de estágio da coordenação de estágio e extensão da escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro juntamente com as discussões realizadas nas aulas de orientação e treinamento profissional acerca do Serviço Social e educação despertou em mim o interesse de conhecer mais sobre o assunto.

O desejo de estudar sobre o Serviço Social na educação se intensificou mais ainda por meio da minha aproximação com a realidade da educação pública em Angola, país onde resido atualmente, em específico na província de Benguela. Embora, esteja falando de um país completamente diferente do Brasil as diversas expressões da questão social manifestas nas escolas públicas de Angola me deixaram impressionada e certa do quanto o assistente social é extremamente importante para educação.

Mesmo este trabalho sendo desenvolvido com base na realidade brasileira, não tenho dúvida do quanto será de grande valia e contribuição para a minha atuação profissional em Angola, visto ser de meu interesse trabalhar na área educacional.

Entendo que hoje, a inserção do Serviço Social nas escolas é mais um campo de trabalho para a categoria profissional, desde o momento em que se percebe que a questão social rompe os muros das escolas e se manifesta dentro de salas de aula sob as mais diferentes roupagens, trazendo inúmeras consequências para os alunos no seu dia a dia escolar.

Este trabalho destaca a importância do assistente social na educação e como este poderá contribuir a partir de sua atribuição profissional em questões que interferem na vida escolar do aluno, mas que não se expressam necessariamente em sala de aula. Para subsidiar este debate trazemos a experiência do PROINAPE nas escolas do município do Rio de Janeiro, sua estratégia de ação, e os impasses encontrados no exercício da profissão no interior deste programa.

Para o desenvolvimento desta temática, serviço social e educação, foram realizadas pesquisas bibliográficas, na qual tive um pouco de dificuldade, pois a maior parte deste trabalho foi escrito em Angola, dificultando assim, o acesso a materiais que pudessem contribuir com a minha monografia. Logo, minha pesquisa se limitou ao livro, Serviço Social

e Educação¹, trabalhos produzidos por autores de referência na discussão sobre a inserção de assistentes sociais em escolas, além de pesquisa documental via internet realizada no site da secretaria municipal de educação, Câmara dos Deputados para análise de projetos de leis e resoluções voltadas para educação e reportagens do G1 que discutissem sobre a educação pública no país, priorizando mais o município do Rio de Janeiro.

No primeiro capítulo faço um breve contexto histórico sobre a educação no Brasil nos governos pós Constituição Federal de 1988. Ali expõe-se os investimentos realizados na educação, os programas implementados a fim de responder determinadas demandas postas pela sociedade e se estes programas trouxeram ou não melhorias para educação no país.

O segundo capítulo fala sobre a origem do Serviço Social, o que demandou a origem dessa profissão no país, pois para compreendermos como estes profissionais poderão somar na educação é necessário conhecer seu objeto de trabalho, o papel desempenhado por ele na sociedade. E principalmente entender na atualidade a concretude do projeto ético político profissional, o qual é em sua concepção, e direção política hegemônica, comprometido com os interesses da classe trabalhadora. A partir disso fica mais evidente a necessidade da luta dos assistentes sociais, em conjunto com os usuários de seu trabalho, em prol de uma sociedade igualitária sem exploração e dominação, de forma que a classe trabalhadora tenha seus direitos sociais garantidos, incluindo nesse processo de transformação uma educação pública de qualidade.

No terceiro capítulo trato sobre o Serviço Social e a Educação mencionando as diversas expressões da questão social que têm rebatimentos nas escolas, porque afetam a vida dos sujeitos que a integram. Também se destaca a função social da escola e sua relação com a questão social. Exponho também, o processo de luta dos assistentes sociais para sua inserção na educação, destacando o projeto de lei que está em processo de aprovação que garante a realização de concurso público para assistentes sociais e psicólogos na educação pública. Esse projeto visa garantir uma ação interdisciplinar nas escolas, para fazer frente a uma diversidade de questões que se expressam no âmbito social e da cultura, que estão para além do ensino formal, mas que afetam o desempenho escolar dos alunos, bem como sua socialização e formação humana.

As considerações finais enfatizam a importância do assistente social dentro da escola pública compondo o quadro de funcionários efetivos da instituição para a realização de

¹ Livro da qual os organizadores são Ney Luiz Teixeira de Almeida – Assistente social, Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – e Larissa Dahmer Pereira – Assistente social, Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora da Escola de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal Fluminense (UFF).

trabalhos de maneira interdisciplinar, mas com autonomia, no sentido de contribuir na execução da política de educação através de uma intervenção contínua dentro do ambiente escolar, não se limitando a responder as demandas quando a instituição estiver em situação de emergência.

1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988

Neste capítulo será relatado um breve histórico sobre a educação brasileira nos governos pós-constituição de 1988, especialmente educação básica, destacando os investimentos de cada governo, os programas implementados e como estes colaboraram para a melhoria da educação no país. Nos governos mais recentes Fernando Henrique Cardoso, Luis Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff destacaremos também ações relacionadas ao ensino superior para exemplificar a direção tomada pela política de educação em cada período, suas similitudes e diferentes enfoques.

1.1 Educação no Governo Sarney

Após a morte do presidente Tancredo Neves, assume a presidência da República o vice-presidente José Sarney (1985-1990). Diante de um cenário econômico conturbado marcado pela inflação altíssima e a dificuldade na negociação da dívida externa, houve por parte do governo tentativa de reforma monetária e elaboração de diversos planos econômicos como: Plano Cruzado, Plano Bresser e Plano Verão. Infelizmente, o resultado dessa iniciativa foi insuficiente para manter a estabilidade econômica no país. Assim, a década de 80 ficou conhecida como a década perdida do ponto de vista econômico, que dificultou o crescimento e desenvolvimento do Brasil.

Ainda durante o governo Sarney em 5 de Outubro de 1988 foi promulgada uma nova Constituição para o país, sendo este um marco importante para educação básica no Brasil. Conforme Carneiro (1997,apud SANTOS,F., 2006,p. 26), esta foi a única constituição que contou com grande participação popular mediante a mobilização de diferentes setores da sociedade civil, tendo como uma das principais pautas a educação pública gratuita e de qualidade.

Dentre as instituições que tiveram participação nesse processo, destacam-se o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), estes elaboraram proposta educacional que se opuseram às propostas implementadas pelos governos anteriores.

A promulgação da nova carta magna, não significou simplesmente que foram excluídas todas as dificuldades de implementação de uma educação básica de qualidade e universal, conforme estava escrito na Constituição Federal de 1988(CF/88), nesse contexto:

educação básica no Brasil ganhou contornos bastante complexos nos anos posteriores à Constituição Federal de 1988 e, sobretudo, nos últimos oito anos. Analisá-la não é fácil exatamente porque as contingências que a cercam são múltiplas e os fatores que a determinam têm sido objeto de leis, políticas e

programas nacionais, alguns dos quais em convênio com órgãos internacionais. (CURY, 2002, p.169)

Portanto, é importante ressaltar que uma das mudanças ocorridas na educação a partir da CF/88 foi considerá-la como direito de todos obtendo um caráter universal, gratuita e de qualidade, conforme consta o artigo 6º “*São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição*”.

De acordo com Sebastião Santos (2010), durante essa efervescência nos anos 80 de grandes debates, publicações e conferências culminaram numa nova perspectiva para a política educacional. Assim, surgem dois discursos diferentes nesse momento: O movimento dos educadores que visavam uma política educacional baseada na democratização escolar, universalização do acesso, gestão democrática com um ensino focado na formação do cidadão. E do outro lado setores ligados ao governo como empresários e setores relevantes da igreja católica que questionavam a qualidade do ensino e a oferta de vagas, porém com foco no custo socioeconômico da educação.

Com a finalidade de amenizar tais problemas focando no índice de analfabetismo e evasão escolar no Brasil, o governo Sarney propôs reformulações na política educacional. Política essa que teria como principais diretrizes: Que todos possuíssem acesso ao ensino de qualidade – universalização do 1º Grau; melhorias e ampliação do 2º grau; Ajuste nas modalidades supletivas e especiais de ensino. (SANTOS, S.,2010)

Este plano denominou-se Programa Educação para Todos.

O Programa Educação para Todos tem como pressuposto a criação de igualdade de oportunidades educacionais para todos os brasileiros. Trata-se de um conjunto de medidas que prevê a universalização do ensino básico, que a Constituição declara obrigatório e gratuito, como fundamento do regime democrático que o Governo da Nova República, com louvável obstinação, está construindo, e que, além disso, traduz a opção social determinada pelo Presidente José Sarney, no memorável discurso de 22 de julho. Educação para Todos significa oferecer a cada criança, a cada jovem e a cada adulto uma efetiva perspectiva de ensino que permita desenvolver suas potencialidades, com vistas à plena realização pessoal. No plano individual, desfrutando das conquistas do espírito e, no plano social, contribuindo de forma útil e produtiva para a completa integração no meio em que vive. (MACIEL, 1985, p.3)

Em 18 de setembro foi realizado o dia D da Educação, o dia de debate sobre a educação básica, na qual as escolas públicas deveriam discutir sobre “a escola que temos e a escola que queremos”. Para Santos (2010), este acontecimento foi nada mais que uma forma de promover as ações do governo, ou seja, mostrar a população a pseudopreocupação do governo Sarney com a educação no país.

O programa EDUCAR com proposta pedagógica baseado no “método Paulo Freire”, foi criado com a finalidade de substituir o programa MOBRAL² (Movimento Brasileiro de Alfabetização). Segundo Santos (apud CUNHA, 2001, p.286) o objetivo do programa era:

fomentar a execução de programas de alfabetização e de educação básica destinados aos que não tiveram acesso à escola ou que dela foram excluídos prematuramente. (...) O EDUCAR forneceria um serviço educativo para jovens e adultos que corresponderia à primeira fase do ensino supletivo. (SANTOS, 2010 apud CUNHA, 2001, p. 286)

Contudo, este programa na prática foi realizado no mesmo padrão MOBRAL de ensino utilizando-se de cartilhas e memorização.

O governo Sarney extinguiu o programa MOBRAL, pois este não possuía mais credibilidade por não ter alcançado seu objetivo de eliminar o analfabetismo ou de reduzir as taxas próximas de 10%, e lançou o EDUCAR com propostas semelhantes, porém ainda assim, não conseguiu obter os resultados esperados.

A política educacional implementada no governo Sarney não alcançou o êxito esperado, pois alguns dos programas quando executados não foram muito bem planejados. Na verdade, pode-se dizer que os programas foram realizados não conforme o planejamento exposto à sociedade, mas sim conforme o interesse político partidário.

O programa Educação Para Todos, tendo uma das propostas à distribuição de livros gratuitamente, teve inúmeros problemas, pois os livros quando chegavam aos professores estavam trocados, atrasados ou então, eram enviados livros de autores que não foram solicitados. A partir disso, nota-se uma manipulação do governo no gerenciamento dos programas, ou seja, executavam os programas, mas o que estava em jogo era os seus interesses privados.

Apesar de o governo Sarney querer mostrar mudanças na política educacional, seu governo não resistiu ao interesse burguês, e manteve a aliança com instituições privadas, pagando bolsas em escolas particulares, e isentando os mesmos de impostos, sobretudo àquelas instituições que se autodenominavam filantrópicas. Ainda sim não respondeu a demanda posta que seria o aumento significativo de alunos nas escolas brasileiras.

Nota-se que o grupo ligado ao governo (empresários e importantes setores da igreja católica) que disputavam projetos de educação no governo Sarney saiu vitorioso, porém o movimento dos educadores resistiu na luta e mesmo não sendo vitoriosos obtiveram alguns

² MOBRAL foi um programa criado pelo regime militar cujo objetivo era a alfabetização de jovens e adultos, existiu desde 1971 e foi extinto em 1985.

resultados significativos como recursos exclusivos para educação, a garantia do ensino fundamental público estendendo sua gratuidade até o ensino médio.

Em suma, finaliza-se assim o governo Sarney marcado por um discurso contrário ao que se tinha na prática, pois apesar da educação ser uma das pautas principais do governo, utilizava-se de políticas compensatórias com ações corretivas temporárias, não solucionando o problema.

1.2 Educação no Governo Collor e Itamar

Com o fim do governo Sarney foi realizada uma nova eleição direta para presidência da República. No primeiro turno das eleições houve uma disputa acirrada entre o candidato, Fernando Collor de Mello do PRN (Partido da Reconstrução Nacional), e o candidato Luiz Inácio Lula da Silva do PT (Partido dos Trabalhadores) levando então, a disputa para um segundo turno. Com isso, em 17 de dezembro Collor é eleito o novo presidente do Brasil vencendo com 53% dos votos, contra 47% de Lula.

Em 1990 Collor (1990-1992) assume o poder prometendo revolução no serviço público, com privatizações, abertura econômica e eliminação dos altos salários. Nesse período o país ainda enfrentava problemas com a inflação o que levou Collor a implementar medidas de contenção. Como afirma Leite Junior (2009, p.60), *“...com a inflação fora do controle, Collor assume a presidência e edita uma série de medidas que, segundo ele mesmo declarou, deixaria ‘a esquerda perplexa e a direita indignada’.”*

Destaca-se então, a primeira intervenção do governo através do seguinte plano:

Plano Collor como sendo uma das medidas econômicas de combate à inflação que mudou a moeda do país, liberou o câmbio, congelou os preços e salários e reteve, por um prazo de 18 meses, todos os depósitos e aplicações financeiras, que ultrapassavam a Cr\$ 50.000,00 (equivalente a US\$ 1.000 no câmbio do dia).
(LEITE JUNIOR, 2009, P.61)

Inúmeras medidas foram tomadas para conter a inflação, contudo para Sebastião (2010) o bloqueio dos recursos foi a mais severa com a população por ter retirado as reservas líquidas de famílias e empresas e por ter provocado uma crise de liquidez no país. Tal medida obteve êxito somente nos primeiros meses, pois logo depois a inflação retornou com toda potência.

Segundo Carvalho (2003), nesta época houve interpretações de que o bloqueio de liquidez falhou, pois a pressão política e social exercida sobre o governo e os erros de gerenciamento do programa ocasionou a liberação descontrolada dos valores retidos. Portanto, há teses de que o bloqueio da liquidez poderia ter obtido bons resultados, caso

aplicado com rigor e coerência. Contudo, o autor defende a tese oposta, de que o plano falhou porque era inaplicável.

Por fim o governo executou o Plano Collor II, que enfatizou no congelamento de preços e salários, porém não foi o suficiente para conter a inflação.

Apesar dos insucessos nas formulações de políticas econômicas para estabilização das taxas de inflação, o governo de Collor de Mello conseguiu construir um cenário para as Reformas Econômicas liberais, pois abriu o país gradativamente ao capital estrangeiro, reduziu alíquotas de importação de diversos produtos e iniciou as privatizações das empresas estatais produtivas. (SINGER In SACHS, WILHEIM e PINHEIRO, 2001 *apud* SANTOS, S, 2010, p.53)

Inicia-se então, no governo Collor, um processo de Reforma do Estado. Seu governo adotou uma política de privatização sem sequer obter um mandato eleitoral neoliberal, suas ações de governo provocaram consequências no país no campo político, econômico e social. Tais consequências atingiram a população em ambos os aspectos, principalmente, no âmbito educacional.

Diante da crise econômica que pairava sobre o país, a população é levada a fazer alterações no seu modo de vida. As escolas públicas antes frequentadas em sua maioria por alunos oriundos de famílias pobres passaram a ser frequentadas também por alunos da classe média, gerando uma ampliação de demandas das quais a escola não estava preparada para responder. Portanto,

a crise da educação pública passou a ser percebida, pois não afetava mais somente aos pobres, deixando de ser tratada como uma questão humanitária e moral, para ser objeto de denuncia no parlamento e nos órgãos de imprensa.(SANTOS, S., 2010, p.79)

A educação pública, em especial o ensino fundamental, tinha sérios problemas com relação às baixas taxas de conclusão e altas taxas de evasão escolar e repetência. Portanto, Collor aplicou as seguintes medidas:

expansão da rede escolar; adequação curricular; fomento aos programas de apoio aos educandos, para evitar a evasão escolar; articular serviços educacionais com as atividades produtivas, adaptando os conteúdos curriculares com os períodos letivos e as necessidades locais, para que desta forma a educação possa também ser parte das políticas compensatórias e, que possa combater as desigualdades regionais brasileiras.(CASTRO E MENEZES,2003,P.8 *apud* SANTOS,S.,2010,P.75)

Com o objetivo de combater o analfabetismo, e com a intenção de colocar as crianças em tempo integral na escola elaborou-se o programa “Minha Gente” que se propôs criar 5mil CIACs (Centros Integrados de Atendimento à Criança). Este programa tinha como referência

os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), conhecidos popularmente como Brizolão, pois foi inaugurado na gestão de Leonel Brizola, no Rio de Janeiro.

Collor tinha a preocupação de ocupar as crianças em tempo integral na escola para que essas não emergissem precocemente no mercado de trabalho e assim não ficariam sujeitas as péssimas condições que esse trabalho certamente iria oferecer. Para Collor em tempo integral na escola, as crianças, obteriam um maior desempenho escolar e com isso ajudaria a diminuir o índice de analfabetismo no país.

Para Palma Filho os CIACs

(...) eram grandes vitrines políticas, pois a custa de muita propaganda nos meios de comunicação, convenciam a população de que eram a solução na direção da melhor qualidade da educação pública. Desse modo acabavam respaldados pela opinião pública. (Palma Filho, 2005, p.54 *apud* SANTOS, S., 2010, p.75)

O projeto CIACs fracassou assim como outras medidas utilizadas em seu governo. Collor foi perdendo a credibilidade da população e com isso o apoio político, como se não bastasse não conseguir controlar a inflação, o presidente Collor, se envolve em escândalos de corrupção.

Ao analisar a era Collor percebe-se que o mesmo não rompeu com as diretrizes dos governos anteriores, manteve-se na mesma direção tanto no aspecto geral quanto em questões inerentes a educação, e até mesmo na intensificação das práticas clientelísticas. A administração Collor de Mello ficou marcada como “administração/educação espetáculo”, ou seja, as ações do governo estava mais voltada para criação de efeitos midiáticos a partir de grandes anúncios de programas e ações do que a execução dos mesmos.

A política educacional foi paradigmática dessa situação, pois muitos planos e metas chegaram a ser anunciados com grande impacto midiático - os planos de atendimento às crianças, redução do analfabetismo, universalização do ensino fundamental, etc. -, porém, quando se procuram as ações efetivas, nota-se que praticamente nada foi executado; o que, segundo a literatura, caracteriza o período como tendo sido de “muito discurso e pouca ação.” (CASTRO & MENEZES, 2003, p.13)

Diante de um povo cansado de tantas denúncias de fraude e corrupção, ao vir á tona o pior dos escândalos envolvendo o presidente Collor, o chamado “esquema PC”³, a população juntamente com o apoio da União Nacional dos Estudantes (UNE), Diretório Central dos

³ O Esquema PC Farias tem esse nome porque tinha como figura central no caso da corrupção o empresário Paulo Cesar Cavalcante Farias. Esse esquema foi o “boom” que faltava para gerar o impeachment do presidente Collor. Nesse esquema foi desviado verbas públicas para contas fantasmas, dinheiro este que deveria ser investido na educação, saúde, segurança e previdência social.

Estudantes (DCE),Centros Acadêmicos (CA) e outros, se organizaram e foram as ruas num grande protesto exigindo o impeachment de Fernando Collor, terminando assim seu mandato.

Assume o governo seu vice-presidente Itamar Franco (1992-1995) este tinha como foco controlar a inflação visto que governos anteriores não obtiveram êxito com as medidas tomadas.

Em fevereiro de 1994, o governo Itamar lança o Plano Real – onde foi criada a nova moeda brasileira, o Real. Plano macroeconômico que controlou os índices de inflação, conforme mostra o quadro abaixo.

Índice de inflação no Brasil de 1990-2000

Período	Inflação - INPC
1990	1.585,18
1991	475,10
1992	1.149,06
1993	2.489,11
1994	929,32
1995	21,98
1996	9,12
1997	4,34
1998	2,49
1999	8,43
2000	5,27
Fonte: IPEADATA <i>apud</i> Santos,S.,2010,p.54	

O controle da inflação foi relevante para a continuação da Reforma do Estado, visto que recebeu grande aceitação popular.

Em Maio de 1993, Fernando Henrique Cardoso é convidado por Itamar para assumir o cargo de ministro da Fazenda. Este com ajuda de grandes economistas tomaram todas as medidas cabíveis se preocupando em não cometer os mesmos erros dos governos anteriores. Portanto, o ministro, Fernando Henrique Cardoso, elaborou um nova estratégia de combate a inflação,ou seja,implementou o Plano Real em três fases⁴.

⁴ O Plano Real foi implementado em três fases: A primeira fase foi o lançamento do Programa de Ação Imediata (PAI) cujo objetivo era promover um ajuste fiscal. Tendo como uma das ações a redução dos gastos do governo,combate à sonegação,privatizações,etc;A segunda fase foi a introdução da URV(Unidade Real de Valor),ou seja , combater a inflação por meio de uma moeda indexada.A introdução da URV produziu uma superindexação na economia;A terceira fase foi a transformação da URV na nova moeda,o Real.

De acordo com Leite Junior (2009), o sucesso do Plano Real no controle da inflação ainda no governo Itamar foi fundamental para impulsionar a candidatura presidencial de Fernando Henrique Cardoso que será eleito a presidência da República em 3 de Outubro de 1994.

Devido à instabilidade econômica, o governo Itamar se limitou a montar programas educacionais sem considerar as particularidades de cada demanda e sem apresentar metas precisas. Suas propostas foram baseadas de acordo com a participação brasileira no debate internacional sobre educação na conferência de Jomtien⁵, na Tailândia.

Entre as principais medidas preconizadas para o setor educacional, destacam-se a necessidade de aprofundar os mecanismos que permitissem uma gestão mais descentralizada, compartilhada e cooperativa tanto entre os níveis de governo, quanto entre estes e a sociedade civil para que ocorresse a melhora dos serviços educacionais prestados a população. (SANTOS,S.,2009,p.76-77)

Dentre as iniciativas voltadas para educação executadas no governo Itamar pode-se destacar: A descentralização da merenda escolar, a criação do programa livro didático e do material escolar, o Programa Nacional de Transporte do Escolar (PNTE), a fim de garantir a permanência e o acesso dos alunos de baixa renda que residiam em zonas rurais no sistema de ensino público.

Ainda em seu governo alterou-se o nome dos CIACs para CAICs(Centro de Atenção Integral à Criança), elaborou o Plano Decenal de Educação(1993-2003) juntamente com as instituições que irão nortear as reformas econômicas, como a UNESCO,BIRD/BANCO Mundial.

Diante deste cenário de recessão econômica durante esses quatro anos de Collor e Itamar e a falta de políticas públicas consistente que respondessem as demandas da população no que diz respeito à educação, gerou uma profunda crise na educação pública e gratuita incentivando governos posteriores argumentarem a necessidade de reforma na educação pública.

⁵ Nome genérico dado à Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizado em 1990 na cidade de Jomtien, na Tailândia, cujo objetivo era estabelecer compromissos mundiais para garantir a todos o conhecimento básico necessário para obter uma vida digna e uma sociedade mais humana e justa. Após a Conferência foi elaborado um documento extremamente relevante para educação, o documento mundial chamado: Declaração Mundial sobre a Educação para Todos. Este documento contém definições e novas abordagens sobre as necessidades básicas de aprendizagem, as metas que devem ser atingidas no que diz respeito à educação básica, os compromissos dos governos e de outras entidades participantes. A partir disso os países foram incentivados a elaborar Planos Decenais de Educação para Todos contemplando as diretrizes e metas do Plano de Ação da Conferência de Jomtien. Este grande evento contou com a participação nas discussões a UNESCO e a UNICEF, com apoio do Banco Mundial e de várias outras organizações intergovernamentais, regionais e organizações não-governamentais (ONGs).

1.3 A educação no contexto dos governos dos partidos PSDB e PT: diferenças e continuidades

Neste item será abordada a educação nos governos Fernando Henrique Cardoso (FHC) do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) de mandato entre os anos de 1995 a 2002, Luiz Inácio Lula da Silva de 2003 a 2010, e um breve relato do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011 em diante) do Partido dos Trabalhadores (PT), destacando os avanços e retrocessos que esses governos trouxeram para educação no Brasil.

Sobre o governo FHC, pode-se dizer que há muitas análises críticas no âmbito econômico, político, social, cultural e educacional. Por se tratar de um governo que conduziu as diferentes políticas de forma associada aos organismos internacionais⁶, seguindo a lógica ortodoxa da cartilha do credo neoliberal, cuja ideia é do livre mercado e da irreversibilidade de suas leis.⁷

De acordo com Ciavatta e Frigotto (2003), do ponto de vista econômico e social conclui-se que foi um período de mediocridade e retrocesso. Perry Anderson (2002) seguindo na mesma direção expõe:

A característica que define o governo FHC tem sido o neoliberalismo “light” do tipo que predominou nos anos 90 (...). A dinâmica fundamental do neoliberalismo se ergue sobre dois princípios: a desregulamentação dos mercados e a privatização dos serviços. (...) Fernando Henrique Cardoso leiloou a maior parte do setor estatal e abriu a economia completamente, apostando na entrada de um fluxo maciço de capital externo para modernizar o país. Após oito anos, os resultados estão aí, evidentes: estagnação crescente, salários reais em queda, desemprego em nível nunca antes visto e uma dívida estrondosa. O regime foi condenado aos seus próprios termos. (ANDERSON, 2002, p. 2)

Para Frigotto & Ciavatta (2003), Cardoso construiu um governo de centro-direita que ao seguir as recomendações da doutrina dos organismos internacionais e sua cartilha do Consenso de Washington⁸, sob a ortodoxia monetarista e o ajuste fiscal efetivou as reformas

⁶ Organismos ou Organizações Internacionais são entidades criadas pelas principais nações do mundo com o objetivo de trabalhar em comum para o pleno desenvolvimento das diferentes áreas: política, economia, saúde, segurança, etc. Podem ser definidas como uma sociedade entre Estados. Constituídas por meio de tratados ou acordos, têm a finalidade de incentivar a cooperação entre seus membros, a fim de alcançar seus objetivos comuns. Dentre as principais destacam-se: ONU (Organização das Nações Unidas); UNESCO (Organização das Nações Unidas para educação, ciência e cultura); OCDE (Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico); OMS (Organização Mundial da Saúde); OEA (Organização dos Estados Americanos); OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte); BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento); FMI (Fundo Monetário Internacional); OMC (Organização Mundial do Comércio) e OIT (Organização Internacional do Trabalho). (DECININO,R.2015)

⁷ FRIGOTTO e CIAVATTA (2003)

⁸ Tratou-se de um encontro realizado em 1989 na capital dos Estados Unidos com os funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados – FMI, Banco Mundial e BID (Banco

que alteraram profundamente a estrutura do Estado brasileiro para “tornar o Brasil seguro para o capital”. Este projeto refere-se à doutrina neoliberal, ou melhor, neoconservadora.

Destacam-se abaixo alguns dos pressupostos, baseados na cartilha neoliberal do Consenso de Washington, que foram assumidos e compartilhados pelo projeto econômico-social do governo Cardoso:

Primeiramente que acabaram as polaridades, a luta de classes, as ideologias, as utopias igualitárias e as políticas de Estado nelas baseadas. A segunda ideia-matriz é a de que estamos num novo tempo – da globalização, da modernidade competitiva, de reestruturação produtiva, de reengenharia –, do qual estamos defasados e ao qual devemos ajustar-nos. Este ajustamento deve dar-se não mediante políticas protecionistas, intervencionistas ou estatistas, mas de acordo com as leis do mercado globalizado, mundial. (FRIGOTTO & CIAVATTA, 2003, p.106)

Esse ajuste traduz-se por três estratégias articuladas: desregulamentação, descentralização e autonomia e privatização. A desregulamentação trata-se de interromper todas as leis: normas, regulamentos, direitos conquistados a fim de que prevaleça a lei natural do mercado. A descentralização e a autonomia seria transferir aos agentes econômicos, sociais e educacionais a responsabilidade de disputar no mercado a venda de seus produtos e serviços. E a privatização visa o máximo do mercado e o mínimo do Estado. Aqui com as privatizações o Estado se desfaz de patrimônio público e privatiza serviços que são direitos (saúde, educação, lazer, transporte, aposentadoria etc.) e, com isso, elimina a possibilidade do Estado fazer política econômica e social, tornando o mercado regulador, inclusive dos direitos.⁹

Diante do que já foi exposto percebe-se intensas reformas realizadas neste governo e os impactos consideráveis que estas provocaram em diversas áreas do país, principalmente, na educação. De forma explícita medidas foram tomadas a fim de ajustar a educação escolar nos conformes da reestruturação produtiva e das mudanças organizacionais e à base técnico-científica se adequando à nova divisão internacional do trabalho, atendendo as demanda do grande capital.

Iniciando seu mandato com muito prestígio diante da população devido às políticas de ajuste macroeconômico que estabilizou os índices de inflação no país, o renomado presidente Fernando Henrique Cardoso, utilizou de sua popularidade para montar uma base de aliados no Congresso Nacional e no Senado. E com isso, essa base impediu que fosse à votação o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) já aprovada na Câmara dos deputados e já em processo no Senado, a fim de que o governo fizesse as devidas alterações

Interamericano de Desenvolvimento).Esse encontro resultou em um conjunto de medidas de ajuste macroeconômico que deveriam ser adotadas pelos países para promover o desenvolvimento econômico e social.

⁹ FRIGOTTO e CIAVATTA (2003:106)

no projeto para que estivesse de acordo com as diretrizes do plano diretor da Reforma do Estado.

Este projeto que tramitava desde a primeira metade da década de 90 foi ignorado, e este tinha como proposta a criação de um Conselho Nacional de Educação e do Fórum Nacional de Educação que deveriam ser fóruns deliberativos compostos de forma democrática por estados, municípios e entidades representativas da área educacional, para regimentar a política educacional brasileira. A fim de impedir a tramitação desse projeto na Câmara, o governo sancionou a MP nº 661 de 18 de Outubro de 1994, criou o novo Conselho Nacional de Educação cuja responsabilidade seria reestruturar a política educacional do país.

Em março de 1995, o novo Conselho Nacional de Educação (passou a ser um órgão deliberativo e de supervisão), composto por tecnocratas, foi instituído pela lei 9.131/1995 que auxiliaram o governo em todo o processo de Reforma do Estado¹⁰.

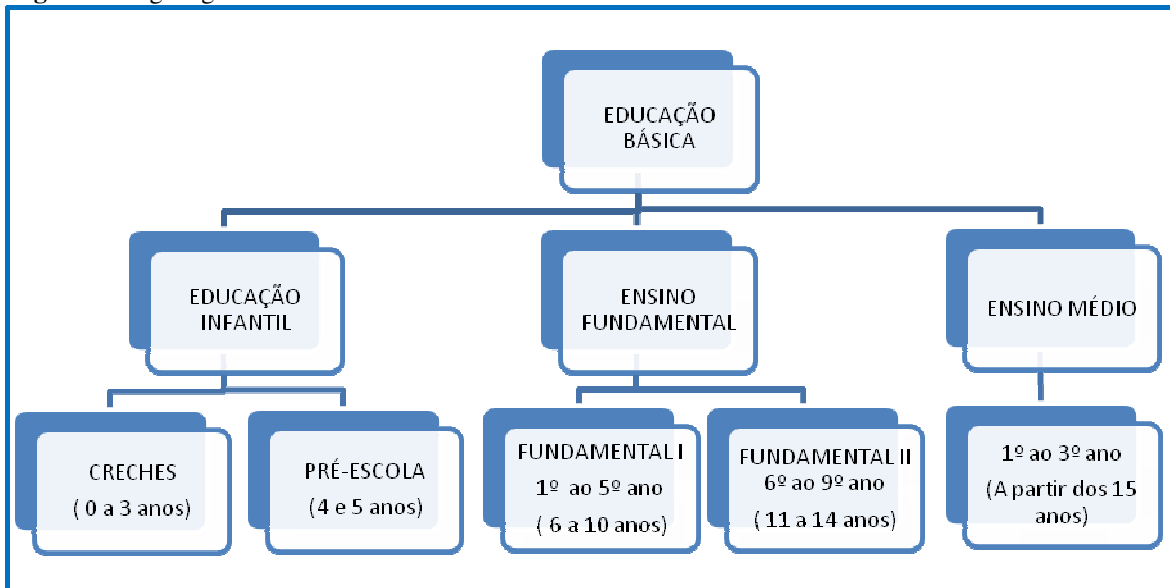
Após sucessivas versões, o projeto de LDB foi aprovado no Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, em 20 de dezembro de 1996, recebendo o nº 9.394, e se tornando o símbolo da nova política educacional.

Com a promulgação da nova LDB destacam-se algumas inovações consideráveis para educação:

- Estabelecimento de uma efetiva coordenação do Ministério de Educação, possibilitando o desenvolvimento de uma política para educação em âmbito nacional.
- Conforme o artigo 9º da LDB, a União torna-se responsável pela elaboração de um Plano Nacional de Educação (Plano já aprovado e em vigor desde 2001) e pela elaboração de diretrizes para a Educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), princípios que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, a fim de assegurar a formação básica comum.
- As creches que até então eram responsabilidade dos órgãos de assistência social, tiveram de ser alocadas nos órgãos do sistema de educação escolar, de acordo com a lei 9.394/96, no artigo 89: “As creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas deverão, no prazo de três anos, a contar da publicação desta lei, integrar-se ao respectivo sistema de ensino.” Ou seja, as creches passam a fazer parte da Educação Infantil que é considerada a primeira etapa da educação básica conforme mostra organograma abaixo.

¹⁰ SANTOS (2010:79)

Figura 1: Organograma – Estrutura do Sistema Educacional Brasileiro – Lei 9.394/96



*Dentro do Ensino Fundamental e Médio temos a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e no Ensino Médio inclui-se também a Educação Profissional.

Fonte: Elaboração Própria a partir da LDB/1996

- Estabelece-se na LDB, pela primeira vez, a criação de um processo nacional de avaliação do rendimento escolar, tanto na educação básica quanto no ensino superior.
- De acordo com o artigo 23º, a LDB contempla alguns princípios de flexibilização e organização dos estudos escolares permitindo diversidade na construção dos espaços e dos tempos escolares e, assim, cria certa autonomia por parte das escolas.
- Atribuem á escola e ao corpo docente a responsabilidade pela elaboração do projeto pedagógico de cada unidade escolar (artigo 12º e 13º); e a escola juntamente com o aluno e família, passa a ser responsável pelo aprendizado do alunado.
- A LDB fortaleceu a tendência à descentralização normativa, executiva e financeira do sistema educacional e repartiu a competência entre as instâncias do poder (federal, estadual e municipal), enfatizando a responsabilidade de estados e municípios para com a universalização do ensino fundamental, que passou a ser responsabilidade de ambos, já a educação infantil foi atribuída aos municípios e o ensino médio aos estados.

O governo Fernando Henrique teve a educação dentre as cinco metas prioritárias, em seu mandato, deu continuidade ao programa Educação para Todos já mencionado em itens anteriores, na qual pressupõe o acesso à educação para todos os brasileiros tendo como a menina dos olhos de seu governo o programa “toda criança na escola”. Essa prioridade

justifica-se pelas transformações que vem ocorrendo no mundo, gerando a necessidade de educar a população de acordo com o novo contexto do grande desenvolvimento tecnológico.

Santos (2010) diz que segundo a avaliação do governo a política educacional brasileira é ineficiente e improdutiva devido à má gestão dos recursos financeiros e o alto índice de repetências. E que essas repetências acabam provocando a evasão escolar por parte dos alunos de baixo desempenho, e, por consequência o desperdício do dinheiro público. Portanto, o governo aponta que para obter um programa de educação escolar de qualidade e eficiente era preciso reformular a política de gestão da educação pública.

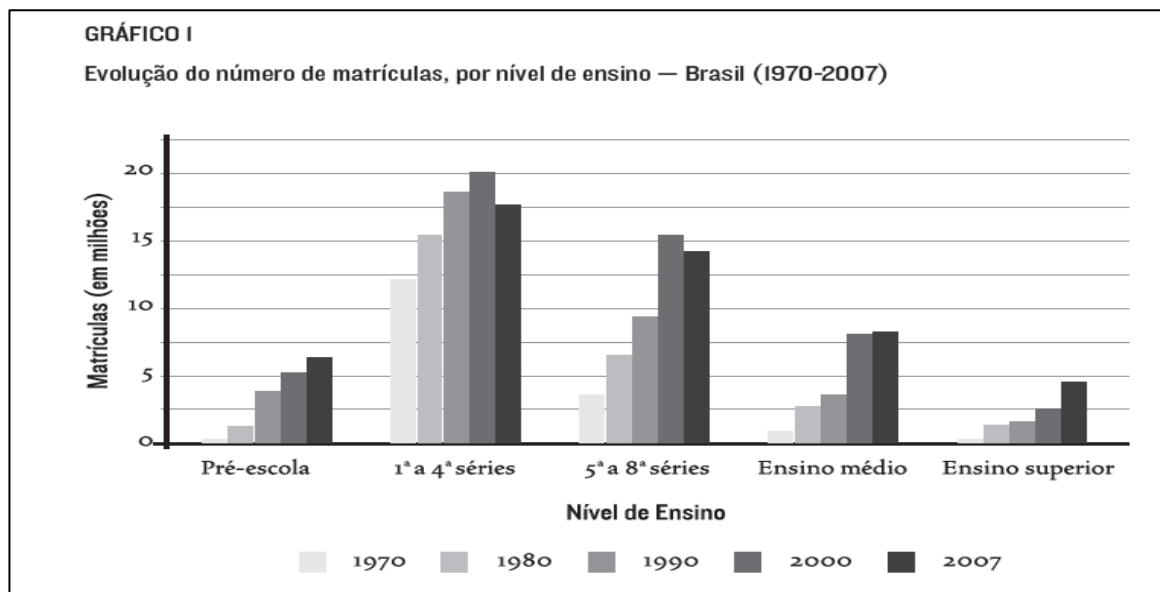
Outro argumento frisa a necessidade de aplicar de forma adequada os recursos econômicos destinados a escola, a fim de garantir uma educação escolar produtiva e eficiente, proporcionando aos alunos conhecimento e mão de obra qualificada para o mercado e para economia. Portanto, era extremamente necessário adequar a política educacional à política econômica, pois

(...) A educação é um dos setores estratégicos para dar suporte ao sucesso do novo modelo de desenvolvimento, destaca-se a necessidade de universalização do acesso à educação básica no intuito de atenuar as consequências advindas da baixa qualificação da mão de obra, sobretudo a elevação dos índices de exclusão social e as baixas produtividades e competitividade dos setores produtivos nacionais. (Castro e Menezes, 2003 p. 22)

Diante do alto índice de analfabetismo e a grande concentração de alunos no ensino fundamental, despertou a preocupação do governo para com a população brasileira, visto que esta já possuía um histórico de baixo índice de escolaridade, e assim, prejudicava aos trabalhadores que tinham por objetivo se inserir no mercado de trabalho já dominado pelas inovações tecnológicas, provocando elevadas taxas de desemprego, dificultando a mobilidade social. Logo, podemos dizer que:

A educação passou a ser reconhecida como um dos instrumentos para o crescimento econômico. Dessa forma, nas novas políticas educacionais implementadas a partir de então, a palavra de ordem presente é “democratização escolar”, isto, é aumento do número de escolas públicas, acessíveis à população. Isto ocorreu, sobretudo, porque era preciso dar uma resposta ao gigantesco exército industrial de reserva surgido como consequência da modernização do parque tecnológico e a inserção abrupta do país na globalização. Somente a partir deste momento é que a qualificação se tornou um problema a ser percebido, assim como os níveis de escolaridade das pessoas e os índices de aproveitamento escolar. (SANTOS, 2010, p.81)

Neste sentido, podemos apontar alguns avanços na educação ao analisar o gráfico 1 elaborado pela Fundação Lemann na qual demonstra que ao longo prazo houve o aumento das matrículas entre 1970 a 2000, e entre 2000 e 2007 houve uma ruptura provavelmente oriunda de mudanças políticas do governo Lula. Até os anos 2000 ao longo de diferentes governos e níveis de ensino ocorreu um crescimento constante de matrículas, da pré-escola ao ensino superior. No ano 2000, governo FHC, houve um crescimento expressivo no ensino fundamental e médio sinalizando o investimento desse governo na educação básica¹¹.



Fonte: Anuários Estatísticos IBGE e Inep/Mec apud “Saíndo da Inércia?”. Boletim da Educação no Brasil. preal/Fundação Lemann, 2009.

Abaixo algumas das inúmeras políticas e programas realizados no governo Fernando Henrique Cardoso:

Toda Criança na Escola

Diante de uma sociedade em transição rumo ao século XXI, passou-se a exigir muito das escolas, e por isso, o sistema educacional foi desafiado a melhorar o ensino a fim de formar cidadãos críticos e criativos capazes de alcançar seus objetivos mesmo em ambientes de competitividade gerado pela globalização econômica e cultural e pelas rápidas transformações tecnológicas. Com isso, o governo se viu na obrigação de investir na educação básica, priorizando o ensino fundamental, seguindo esta determinação, o MEC (Ministério da

¹¹ Essas exigências de “toda criança na escola” se deve a adesão dos governos as orientações do Banco Mundial para as políticas sociais, incluindo a educação. O cumprimento dessas exigências implica, por exemplo, no acesso a determinados financiamentos a estes governos, além da questão política. Uma dessas orientações se encontra nas chamadas “Metas do Milênio”. No que diz respeito à educação a meta é: Atingir a educação básica de qualidade para todos. Portanto, isso explica o crescimento constante de matrículas nos anos 2000.

Educação) implementou um conjunto de políticas que contribuíssem com a ampliação de vagas e na recuperação e melhoria da escola pública.

O programa Toda Criança na Escola foi criado, pois ainda havia um índice elevado de crianças fora da escola e este programa tem por objetivo assegurar a equidade nas condições de acesso, permanência e êxito escolar do aluno no ensino fundamental. Sua prioridade estabelecida nacionalmente é assegurar vagas na escola para todas as crianças em idade escolar obrigatória. Alguns componentes foram fundamentais para contribuir com o avanço desse programa, são eles: O FUNDEF (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério); a LDB de 96 que viabilizará programas específicos de aceleração de ensino para alunos com distorção idade/série; programas como TV escola; livros didáticos; bolsa escola; alimentação escolar; veículo para transporte escolar; dinheiro direto na escola; Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)¹² para ensino fundamental e médio, dentre outros. Alguns dos aqui citados detalharemos a seguir.

FUNDEF

No início do governo FHC a situação do financiamento do ensino fundamental era caótica por haver um jogo de empurra de responsabilidades entre os estados e municípios. Em 1996, uma medida foi tomada estabelecendo que os governos estaduais e municipais devessem destinar 60% dos recursos vinculados à educação para a manutenção do ensino fundamental, porém esta medida não conseguiu resolver o problema, persistindo enorme diferença nos recursos disponíveis para diferentes municípios no mesmo estado.

Por isso, foi criado o FUNDEF¹³ (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério) com a finalidade de atender aos municípios que não possuíam recursos, forçando a regularização e buscando corrigir as desigualdades regionais existentes entre estados e municípios. Tendo como base a vinculação de 15% do orçamento de estados e municípios para o ensino fundamental, o Fundef criou um fundo em cada estado, a partir do total dos recursos transferidos da União para estados e municípios, dos quais 15% eram destinados para o ensino fundamental (equivalente a 60% dos 25% obrigatórios para educação). Esse montante era dividido pelo número de alunos matriculados no ensino

¹² Os PCNs do ensino fundamental definem o núcleo comum de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes e Educação Física. Porém, a principal inovação foi a inclusão de temas transversais, como Ética, Orientação Sexual, Meio Ambiente, Saúde, Estudos Econômicos e Pluralidade Cultural.

PCNs para o Ensino Médio: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, e Ciências humanas e suas Tecnologias.

¹³ Foi instituído pela Emenda Constitucional nº 14, de setembro de 1996, e regulamentado pela Lei 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano, e pelo Decreto nº 2.264, de junho de 1997. Foi implantado nacionalmente, em 1º de janeiro de 1998.

fundamental e ao chegar ao valor mínimo por aluno, distribuía este valor entre os governos estaduais e municipais de acordo com o número de matrículas em cada sistema. Caso algum estado tivesse o valor aluno inferior ao mínimo calculado anualmente, a União complementava com recursos próprios.

Como os estados e municípios recebiam verba conforme o número de alunos que possuíam, e com interesse de ampliar suas receitas, os municípios criaram e ampliaram suas redes de ensino, contribuindo para o aumento de matrículas no ensino fundamental, como sinaliza o gráfico 1 nas séries (1ª a 4ª e 5ª a 8ª) no ano 2000.

Bolsa Escola

A Bolsa escola foi uma política social implementada com objetivo de incentivar a entrada e a permanência nas escolas dos alunos oriundos de famílias mais pobres. Essa ideia foi criada por Cristóvão Buarque durante sua gestão como governador do Distrito Federal, e foi transformada no governo FHC em um programa nacional que oferecia auxílio monetário as famílias de baixa renda para que estas matriculassem seus filhos (com idade escolar) e os mantivessem na escola com pelo menos 75% de frequência nas aulas, que eram controladas por meio do boletim de frequência dos alunos. Não há dúvidas de que este programa não somente auxiliou as famílias de baixa renda mas também ampliou o número de matrículas escolares.

No governo Lula esta bolsa foi ampliada e transformada em Bolsa Família¹⁴ se estendendo às famílias sem filhos em idade escolar, gerando um aumento considerável da população atendida pelo programa. Diante desse fato podemos perceber que tanto o governo FHC e governo Lula investiram nos programas de transferência de renda.

A bolsa família é uma extensão de um programa já existente num governo anterior, porém hoje a bolsa família apresenta uma dimensão mais ampla comparada ao início de sua implementação.

Vale também destacar que no gráfico 1 apresenta um aumento considerável de matrícula no ensino fundamental, que pode ser justificado por meio de duas intervenções governamentais que certamente contribuíram para acelerar esse crescimento: a criação de um mecanismo contábil de redistribuição de recursos, como o Fundef, e o programa de transferência de renda às famílias, condicionada à frequência das crianças na escola. Contudo, não podemos afirmar se a qualidade do ensino fundamental acompanhava na mesma proporção esse crescimento de matrículas.

¹⁴ Sobre o programa de transferência de renda Bolsa Família falaremos mais adiante.

Dinheiro Direto na Escola

Um programa criado antes do Fundef e o primeiro a ter como objetivo desburocratizar a distribuição dos recursos do Fnde (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) para educação e neutralizar as influências político partidárias, aumentando a autonomia da escola. Partes dos recursos passaram a ser distribuídos diretamente às escolas de ensino fundamental de todo o país, e cada escola utilizava o recurso conforme sua necessidade (consertos e pequenas reformas, material pedagógico e administrativo etc), mas quando se tratava de substituição de vidros, telhas quebradas, pintar uma sala de aula ou consertar buracos no pátio era preciso acionar os órgãos centrais. A distribuição era feita de acordo com o número de alunos, independente de partido do prefeito ou governador o que dificultava o clientelismo que caracterizava o Fnde.

Programas de formação de Professor

Tratava-se de uma política antiga utilizada pela União e pelos estados e que teve continuidade no governo FHC e Lula, na qual eram oferecidos cursos de aperfeiçoamento para professores em exercício nas redes públicas. Por meio das pesquisas realizadas com os dados do SAEB¹⁵ (Sistema de Avaliação da Educação Básica), percebeu-se que esses cursos de nada contribuíram para o melhor desempenho dos alunos, pois o problema se concentrava na formação inicial dos docentes. Por isso, em virtude da LDB¹⁶ foi criado o principal programa para melhoria do ensino, o curso normal superior seguido da exigência de que, em dez anos, só seriam admitidos professores com licenciatura em nível superior. Isso gerou em

¹⁵ SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica – É um programa criado no governo FHC cujo objetivo é coletar dados e indicadores para avaliar a qualidade da educação básica no país, procurando conhecer as razões internas e externas que interferem no processo de aprendizagem do aluno. O Saeb foi estabelecido pela portaria nº 931, 21 de março de 2005, e é composto por três avaliações: Aneb (Avaliação Nacional da Educação Básica), Anresc/Prova Brasil (Avaliação Nacional do Rendimento Escolar) e ANA (Avaliação Nacional de Alfabetização). A partir dos resultados do Saeb as secretarias estaduais e municipais de educação podem definir ações por meio de políticas públicas voltadas para educação a fim de trazer melhorias na qualidade de ensino. [Disponível em: <http://provabrasil.inep.gov.br/>]

¹⁶ Artigos da LDB que influenciam no programa de formação de professores na educação básica:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade

normal. **Art. 63.** Os institutos superiores de educação manterão:

I – cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental; (LDB, 1996, p.35-36)

todos os estados, com ou sem auxílio do governo federal, a necessidade de elaborar programas especiais para que parte dos docentes da rede pública adquirissem essa titulação.

Outro destaque importante no governo FHC foi o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) criado em 1998 com objetivo de avaliar o desempenho do aluno no final da educação básica, visando contribuir para a melhoria da qualidade desse nível de escolaridade. Em 2009, no governo Lula, o Enem passou a ser utilizado como mecanismo de seleção para ingressar no nível superior e algumas mudanças foram realizadas a fim de democratizar as oportunidades de acesso às vagas oferecidas pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), para a mobilidade acadêmica e para induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio. A utilização dos resultados obtidos no Enem para o acesso ao nível superior pode ocorrer como fase única de seleção ou de acordo com cada universidade combinado com seus próprios processos seletivos. Gradualmente, as universidades privadas também têm aderido ao Enem como forma de processo seletivo. Outro programa oferecido pelo governo federal que também faz uso do Enem é o ProUni (Programa Universidade para Todos) também criado durante governo Lula. Sobre isto, discutiremos mais adiante.

Importante também destacarmos o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), um programa do ministério da educação criado para financiar as mensalidades de estudantes que não possuem condições de arcar com os custos durante a formação na universidade privada. Dezoito meses após conclusão do curso, o graduado deverá devolver a União o dinheiro emprestado, de forma parcelada, acrescido de juros. Este programa foi criado em 1999 durante governo Fernando Henrique e vem sendo mantido e ampliado nos governos Lula e Dilma.

Segundo Cunha (2013) o projeto de educação de caráter neoliberal seguido no governo FHC não sofreu significativas mudanças durante o governo Lula. Ao contrário do que se esperava de um governo de esquerda e denominado Partido Trabalhista, Lula deu prosseguimento a algumas reformas estruturais, mantendo a política econômica monetarista de seu antecessor¹⁷.

¹⁷ Um exemplo deste projeto de educação de caráter neoliberal são as propostas do governador de São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB) divulgadas neste ano de 2015 sobre as escolas de rede estadual. O governador diz que em 2016 algumas escolas da rede estadual passarão por reestruturação de ensino, com objetivo de trazer melhorias para educação pública, algumas unidades atenderão apenas um ciclo (anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental ou ensino médio). Com isso muitos alunos serão remanejados para outras escolas, e segundo o governador, haverá vagas para todos, e garante ser respeitada a distância de até 1,5km entre a escola atual e a nova. Não há dúvidas que essa medida ao ser executada incidirá de forma negativa na vida da população local, principalmente, daqueles que possuem alguma relação com essas instituições escolares. Destacam-se aqui algumas consequências que essa medida poderá provocar: Os pais que possuem mais de um filho de menor idade em ciclos diferentes terão de se desdobrar para levar os filhos a escola, o transporte dessas crianças (casa- escola) pode ser afetado, pois nada garante que realmente haverá vagas em escolas próximas a sua residência, outra consequência seria a possibilidade de lotação em salas de aula em

Os programas sociais realizados no governo Lula em grande parte podem ser considerados como assistenciais ou compensatórios, tendo como público alvo a população mais pobre, os miseráveis, aqueles que se encontravam abaixo da linha da pobreza.

Um programa social que recebeu muito destaque em seu governo foi a Bolsa família, criado pelo decreto n.5209 de 17 de setembro de 2004 com finalidade de transferir renda para famílias pobres ou em situação de extrema miséria com ou sem filhos estando na idade escolar ou não. Este programa é uma reformulação e ampliação do programa Bolsa escola do governo FHC, pois em 2003, Lula unificou os quatro programas de transferência de renda já existente (Bolsa Escola, Cartão-alimentação, Bolsa alimentação e auxílio gás) visando garantir os direitos sociais básicos: a saúde, educação e assistência social. No que tange a educação uma das condicionantes para o recebimento da bolsa é a frequência mínima de 85% na escola para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, e de 75% para adolescentes de 16 e 17 anos, estando sob a responsabilidade do MEC acompanhar as frequências. O acompanhamento é realizado bimestralmente e o registro da frequência escolar é realizado por meio do Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar. As famílias com dificuldade de cumprir as condicionantes podem ter seus benefícios bloqueados e suspensos, porém os cancelamentos só ocorrem em último caso. Portanto, percebe-se que essa foi uma das estratégias utilizada pelo governo para combater a pobreza e ao mesmo tempo manter toda criança dentro da escola.

A tabela 1 apresenta que no Brasil mais de 17,2 milhões de estudantes são beneficiários da bolsa família, sendo que deste total mais de 15 milhões foram acompanhados (tiveram informações da frequência cadastrada no sistema presença) e mais de 14,5 milhões cumpriram a condicionalidade (cumpriram a frequência escolar mínima exigida pelo programa nos meses de fevereiro e março), o que representa 96,5% dos alunos acompanhados.

determinados ciclos, e também, o possível desemprego de muitos trabalhadores. Apesar de a secretaria de educação informar que a mudança foi baseada em estudos que apontam melhora no desempenho escolar, pais, alunos e professores iniciaram uma onda de protestos nas ruas de São Paulo, pois essa reestruturação pode acarretar na desativação de unidades escolares, sendo esse o maior receio da população. (ESTADÃO, Out. 2015) Disponível em: <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral, reforma-escolar-de-alcmin-vai-afetar-2-9-mil-classes-no-estado,1000000513>. Acesso em: 10 nov. 2015.

Tabela 1. Bolsa Família – Condicionalidades da Educação de acordo com os Estados apresenta: Total dos alunos beneficiários, quantidade de alunos acompanhados e o total dos que cumpriram a condicionalidade nos meses Fevereiro e Março/2015

Bolsa Família - Condicionalidade da Educação					
Acompanhamento Fevereiro e Março/2015					
Estados	Total de Alunos Beneficiários	Alunos acompanhados*		Cumpriram condicionalidade**	
		Quant.	%	Quant.	%
Distrito Federal	128.242	99.282	77,4%	96.917	97,6%
Goiás	454.783	378.016	83,1%	360.969	95,5%
Mato Grosso	252.005	216.494	85,9%	206.905	95,6%
Mato Grosso do Sul	192.663	160.085	83,1%	150.187	93,8%
Centro-Oeste	1.027.693	853.877	83,1%	814.978	95,4%
Acre	138.960	117.221	84,4%	116.388	99,3%
Amapá	99.221	68.649	69,2%	67.559	98,4%
Amazonas	581.877	514.995	88,5%	504.718	98,0%
Pará	1.287.318	1.133.610	88,1%	1.111.573	98,1%
Rondônia	153.607	135.260	88,1%	132.234	97,8%
Roraima	73.543	66.554	90,5%	65.463	98,4%
Tocantins	184.833	164.693	89,1%	160.825	97,7%
Norte	2.519.359	2.200.982	87,4%	2.158.760	98,1%
Paraná	519.521	473.488	91,1%	454.881	96,1%
Rio Grande do Sul	536.203	488.141	91,0%	460.558	94,3%
Santa Catarina	199.601	178.176	89,3%	171.590	96,3%
Sul	1.255.325	1.139.805	90,8%	1.087.029	95,4%
Alagoas	526.462	448.006	85,1%	441.733	98,6%
Bahia	1.959.060	1.665.279	85,0%	1.627.072	97,7%
Ceará	1.204.860	1.092.074	90,6%	1.039.596	95,2%
Maranhão	1.273.758	1.111.796	87,3%	1.099.970	98,9%
Paraíba	552.454	473.730	85,8%	465.476	98,3%
Pernambuco	1.262.814	1.078.785	85,4%	1.054.013	97,7%
Piauí	497.464	442.237	88,9%	438.130	99,1%
Rio Grande do Norte	401.200	357.268	89,0%	348.578	97,6%
Sergipe	312.384	265.164	84,9%	257.506	97,1%
Nordeste	7.990.456	6.934.339	86,8%	6.772.074	97,7%
Espírito Santo	246.617	223.819	90,8%	206.529	92,3%
Minas Gerais	1.458.482	1.255.843	86,1%	1.206.305	96,1%
Rio de Janeiro	1.040.792	884.810	85,0%	833.997	94,3%
São Paulo	1.720.959	1.576.177	91,6%	1.462.948	92,8%
Sudeste	4.466.850	3.940.649	88,2%	3.709.779	94,1%
Brasil	17.259.683	15.069.652	87,3%	14.542.620	96,5%

* Quantidade de alunos que tiveram informações de frequência cadastradas no Sistema Presença
 ** Quantidade de alunos que cumpriram frequência entre os que tiveram informações cadastradas no Sistema Presença

Fonte: Sistema Presença/MEC e Sistema de Condicionalidades –Sicon/MDS.

De acordo com os dados expostos, o melhor resultado entre as regiões corresponde à região Norte, na qual 98,1% dos alunos acompanhados cumpriram as condicionalidades exigidas na educação. O Nordeste que possui o maior número de beneficiários para acompanhamento, cerca de 97,7% dos estudantes cumpriram a frequência escolar, seguido pela região Centro-Oeste e Sul com 95,4% e Sudeste com 94,1%.

A Tabela 2 a seguir mostra os dados levantados no Estado do Rio de Janeiro em específico o município do Rio de Janeiro. Analisando a tabela concluímos que no município do Rio de Janeiro mais de 301 mil alunos são beneficiários da Bolsa família, sendo que mais de 256 mil (85,1%) são acompanhados e um pouco mais de 241 mil (94,0%) cumpriram a condicionalidade da educação.

Tabela 2. Bolsa Família – Condicionalidades da Educação no município do Rio de Janeiro: Total dos alunos beneficiários, quantidade de alunos acompanhados e o total dos que cumpriram a condicionalidade nos meses Fevereiro e Março/2015

Estado	Município	Total de Alunos Beneficiários	Alunos Acompanhados*		Cumpriram Condicionalidade**	
			Quant.	%	Quant.	%
RJ	Rio de Janeiro	301.136	256.301	85,1%	241.008	94,0%

* Quantidade de alunos que tiveram informações de frequência cadastradas no Sistema Presença

** Quantidade de alunos que cumpriram frequência entre os que tiveram informações cadastradas no Sistema Presença

Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema Presença/MEC e Sistema de Condicionalidades –Sicon/MDS.

Durante seu governo, o presidente Lula, criou alguns programas, ampliou e reformulou outros já existentes nos governos anteriores. Um dos exemplos é o FUNDEF, que sofreu grande oposição por parte dos petistas, e estes logo que assumiram o poder no ministério resolveram criar um novo sistema e substituí-lo pelo FUNDEB¹⁸ (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), que estendia os mesmo benefícios do Fundef a todos os alunos e professores da educação básica, da creche ao ensino médio.

Logo, entendemos que FUNDEB:

É um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Além desses recursos, ainda compõe o Fundeb, a título de complementação, uma parcela de recursos federais, sempre que, no âmbito de cada Estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica. Com vigência estabelecida para o período 2007-2020, sua implantação começou em 1º de janeiro de 2007, sendo plenamente concluída em 2009, quando o total de alunos matriculados na rede pública foi considerado na distribuição dos recursos e o percentual de contribuição dos estados, Distrito Federal e municípios para a formação do Fundo atingiu o patamar de 20%. O aporte de recursos do governo federal ao Fundeb, de R\$ 2 bilhões em 2007, aumentou para R\$ 3,2 bilhões em 2008, R\$ 5,1 bilhões em 2009 e, a partir de 2010, passou a ser no valor correspondente a 10% da contribuição total dos estados e municípios de todo o país. (BRASIL. FNDE, 2012)¹⁹

¹⁸ Fundeb foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundef, que vigorou de 1998 a 2006.

¹⁹ Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-apresentacao> > Acesso em: 10 abr. 2015

Uma das pretensões do Fundeb era um piso salarial profissional nacional para educação básica. Portanto, em 16 de julho de 2008 foi sancionada a Lei 11.738, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação Básica, num valor de R\$ 950,00, para os que possuíssem formação de nível médio e jornada de trabalho de 40 horas semanais. Atualmente, o piso se encontra na faixa de R\$1.917,78.²⁰

Além de dar continuidade ao FIES, o programa de financiamento para ingresso de alunos nas universidades privadas, Lula fundou o PROUNI (Programa Universidade para Todos). Criado em 2004, pela Lei nº 11.096/2005, o programa tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. O grande número de vagas ociosas nas universidades privadas foram ocupadas por alunos de baixa renda, e em contrapartida, essas IES (Instituições de Ensino Superior) privadas ao aderirem o programa recebem isenção de tributos, incentivando assim, o crescimento do setor privado.

A Reforma Universitária do governo Lula envolve uma série de discussões e propostas, sendo o Programa Universidade Para Todos (Prouni) anunciado como carro-chefe na democratização da educação superior brasileira. No entanto, desde o anúncio de que o Projeto de Lei seria encaminhado ao Parlamento (13.05.2004) até a versão definitiva da Lei nº 11.096 (13.01.2005), o Programa sofreu diversas alterações, influenciadas pelas IES particulares e beneficentes. (Catani; Hey; Gilioli, 2006:126)

Outro ponto importante a frisar no governo Lula foi o Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), um programa do governo federal cujo objetivo é duplicar a oferta de vagas no ensino superior público. O Reuni condiciona o financiamento das universidades federais a partir do cumprimento de medidas administrativas que tendem a deteriorar ainda mais o ensino e a pesquisa. Para receber verbas públicas adicionais, as instituições que aderirem ao Reuni devem aumentar a proporção de alunos por professor e garantir uma taxa de 90% de conclusão de curso, ou seja: para poderem receber recursos públicos, as instituições deverão otimizar a produtividade acadêmica através da sobrecarga de um corpo docente já incapaz de lidar com a demanda atual de trabalho.

Portanto, ao analisar o gráfico 1, percebe-se em 2007, durante o governo Lula, o maior número de matrículas no ensino superior em comparação aos governos anteriores, comprovando que a educação superior foi uma das pautas primordiais de seu governo. Nota-

²⁰ De acordo com a lei, a correção do piso reflete a variação ocorrida no valor anual mínimo por aluno, definido nacionalmente pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

se também que a tendência de aumento constante altera-se entre 2000 e 2007 com a redução das matrículas no ensino fundamental e a estagnação no ensino médio.

Quanto ao sistema de avaliação do ensino superior, por haver oposição por parte do PT ao sistema de avaliação anterior, foi criado o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) um sistema extremamente complexo de avaliação de cursos e instituições, incorporando auto-avaliação, avaliação externa e o Enade(Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes).Este último possui o resultado mais utilizado do Sinaes, abrangendo avaliação de ingressantes e concluintes,tem como objetivo aferir o desempenho dos estudantes em relação ao conteúdo programático previsto nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, e as habilidades e competências em sua formação. Apesar de muitas críticas, desde sua criação, ainda é um componente curricular obrigatório.

Assim como FHC, o presidente Lula também investiu no ensino técnico e tecnológico com intuito de obter mão de obra qualificada para o mercado de trabalho. Durante seu governo Lula investiu na expansão das unidades de formação tecnológica,pois estas deram um salto de 140 unidades para 354,sendo que 214 unidades foram criadas durante os 8 anos de seu governo (2003 a 2010).

Ao falar sobre reforma da educação profissional e tecnológica é importante destacar a Lei de nº 11.892, 28 de Dezembro de 2008, que de acordo com Otranto (2011) esta lei integrou um conjunto de medidas normativas que visava à concretização do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do governo Lula, que o tinha como um dos mais importantes componentes educacionais do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Dentre algumas medidas implantadas anteriormente a lei, mas que de certa forma foram a ela incorporadas e lhe deram sustentação, citamos segundo a autora as três mais importantes: o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), o Programa Brasil Profissionalizado e o Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional.

PROEJA

Foi criado em 2006, pelo Decreto 5.840, visando à retomada da oferta pública da educação básica integrada a educação profissional técnica, instituindo uma política estável de Educação de Jovens e Adultos (EJA) com a elevação da escolaridade e qualificação do estudante.

Programa Brasil Profissionalizado

O Programa Brasil Profissionalizado (Decreto 6.302, de 12 de dezembro de 2007) visa repassar recursos para os Estados a fim de incentivá-los a oferecer educação profissional gratuita de nível médio na rede de educação pública estadual, através de assistência técnica e financeira para obras, gestão, formação de professores etc.

Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional

A criação da Rede Federal de Educação Profissional (lei 11.892, 29 de dezembro de 2008), permitiu aos CEFETs (Centro Federal de Educação Tecnológica) e as demais escolas profissionalizantes se transformarem em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Podemos considerar como marco inicial legal para a concretização da Reforma, o Decreto 6.095/07, que estabelecia a criação dos Institutos Federais (IFs) e as normas para a transformação dos CEFETs, Escolas Agrotécnicas, Escolas Vinculadas às Universidades Federais e a Escola Técnica Federal de Palmas em *campi* desses Institutos. No decreto fica explícito o projeto de uma rede federal com uma nova engenharia organizacional, que seria elaborada a partir da “adesão voluntária” das instituições já existentes, à nova instituição – os Institutos Federais.

O governo Lula foi marcado por inúmeras medidas adotadas na educação visando a perspectiva neoliberal. Nada diferente do que aconteceu no governo anterior e posterior ao seu, pois o governo Dilma deu e tem dado continuidade ao governo Lula nos dias de hoje. Em seu governo Dilma manteve e ampliou programas iniciados no governo Lula e criou outros, cabendo mencionar alguns:

- Após muitas lutas e reivindicações por parte dos estudantes pelos 10% do PIB (Produto Interno Bruto) para educação, governo Dilma aprova e Sanciona o Plano Nacional de Educação que estabelece como meta 10% do PIB para gasto com educação, porém somente ao longo de dez anos.
- Reservou recursos do pré-sal para financiar a educação.
- Sistema de Avaliação Unificado (SISU), que consta com mais de 1 milhão de inscritos. Trata-se de um sistema informatizado do MEC no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para os candidatos participantes do Enem.
- Programa Nacional de Acesso ao ensino Técnico e Emprego (Pronatec) é o carro chefe do governo Dilma, criado em 2011, por meio da lei 11.513/2011 com objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio

público. Os cursos são financiados pelo governo federal e ofertados gratuitamente pelas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Os cursos também são ofertados pelo Sistema S e por instituições privadas habilitadas pelo MEC. Entre 2011 e 2014 foram realizadas no Pronatec mais de 8 milhões de matrículas, entre cursos técnico e de formação inicial e continuada.

No primeiro ano de governo Dilma, em 2011, as transferências para educação básica representavam 23% do orçamento autorizado da educação. No ano de 2014 o percentual caiu para 15%, ou seja, enquanto a participação da educação básica diminuiu as duas bandeiras do governo Dilma são privilegiadas: O Fies e o ensino profissional, cujo foco é o Pronatec. Os gastos obtidos com o ensino profissional passaram de 8% em 2011 para 13% em 2014, chegando a 10 bilhões de reais e os serviços de financiamento passaram de 5,69% para 14,89% com 12 bilhões de reais pagos. Portanto, conclui-se que há uma prioridade na pauta do governo Dilma investir nos programas de financiamento para ingresso em universidades privadas e o ensino tecnológico, setores da educação que receberam mais atenção no seu primeiro mandato.

Sendo assim, apesar de se colocarem como oposição, um se denomina partido de esquerda e outro partido de direita, ambos os governos tiveram ações na educação voltadas para atender a lógica neoliberal. Criaram programas, políticas educacionais, ampliaram a oferta de vagas nas escolas públicas, dentre outras medidas que não foram o suficiente para trazer melhorias e qualidade significativa na educação pública brasileira.

2 ELEMENTOS DA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Neste capítulo traçaremos o processo histórico do Serviço Social no Brasil. Como procedeu a sua origem quanto profissão e seu rompimento com a prática profissional conservadora, destacando os principais eventos que contribuíram para esse momento, e que despertaram nos assistentes sociais a necessidade de construir um projeto ético político comprometido com os interesses da classe trabalhadora.

2.1 O Surgimento do Serviço Social no Brasil e seu Conservadorismo

O Serviço Social no Brasil surge na década de 1930, quando se desenvolveu no país um processo de industrialização e urbanização. Na década de 30 instaurou-se uma crise econômica em nível mundial, provocada pela Grande Guerra, Revolução Russa e a quebra da bolsa de Nova York em 1929. Com isso, o Brasil sofreu grandes impactos na sua economia cafeeira, ocasionando no aumento do custo de vida populacional e como consequência o aumento da pobreza.

Esse período de industrialização pesada do país foi marcado pela formação de um mercado de trabalho em moldes capitalistas, mercado no qual *“sua existência e reprodução só se tornam possíveis enquanto elemento de uma classe social, através da ‘verdadeira guerra civil’ que trava com a classe capitalista para garantir e ampliar suas condições de existência.”*(IAMAMOTO ; CARVALHO,2007,p.126)

O desenvolvimento urbano-industrial das cidades acarretou no crescimento dos centros urbanos em torno das indústrias, gerando a formação da classe operária no país acompanhada de um processo de marginalização.

Os operários para sobreviver vendiam sua força de trabalho, seu único meio de subsistência, e quando não suficiente, suas esposas e filhos diante de tanta miséria eram levados a fazer o mesmo. Estes operários eram submetidos a péssimas condições de vida e trabalho, além de possuir sua força de trabalho (vista como mercadoria) explorada de forma desumana e abusiva, viviam nas periferias das cidades em condições insalubres,sem saneamento,saúde,educação,baixos salários,etc.

Diante desse cenário a classe trabalhadora começou a se organizar quanto classe e desencadear uma série de lutas e greves em prol de melhores condições de vida e trabalho. A exploração abusiva que era submetida à classe operária impõe a necessidade do Estado

intervir por meio de uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, daí surgem as Leis Sociais – regulamentação das leis trabalhistas – que irão manter o controle social da exploração da força de trabalho, a relação compra e venda dessa mercadoria.

Com isso pode-se dizer que:

O desdobramento da questão social é também a questão da formação da classe operária e de sua entrada no cenário político, da necessidade de seu reconhecimento pelo Estado e, portanto, da implementação de políticas que de alguma forma levem em consideração seus interesses.(IAMAMOTO;CARVALHO,2007,p.126)

A questão social, fruto dessa relação desigual entre as classes, pairava sobre toda sociedade obrigando o Estado,a burguesia e a igreja a tomarem as providências cabíveis a fim de conter os conflitos existentes. *“Para a igreja, “questão social”, antes de ser econômica-política,é uma questão moral religiosa.”*(IAMAMOTO,2007,p.18)

Nessa direção, o Serviço Social surge da iniciativa de grupos e frações de classes dominantes que se manifestam por intermédio da igreja católica.Atuando através de entidades filantrópicas e através do Estado,o Serviço Social, utiliza-se de ação moralizadora,ou seja, trabalhavam na mudança de hábitos das famílias e pessoas com o objetivo de melhorar seus comportamentos quanto às condições de higiene,à moral e a inserção na ordem social.

[...] Exemplos dessa articulação, na prática, podem ser vistos através das atividades das assistentes sociais subindo os morros das favelas para levar as pessoas a regularizarem suas relações de casal por uma certidão de casamento ou certidão de nascimento dos filhos e a evitar relações consideradas promíscuas ou perigosas: era a ordem moral e social para harmonizar classes sociais e edificar a “boa família”, o “bom operário”, o “homem e a mulher sadia” (FALEIROS, 1999, p.13).

De acordo com Ianni (1989), a questão social, aos poucos, para os governantes e classes dominantes deixa de ser considerada um caso de polícia, anteriormente tratada com repressão policial e violência sobre qualquer tipo de greve e protestos realizados pela classe operária,e passa a ser considerado como um problema político.Embora em alguns casos o Estado ainda respondesse por meio da coerção.

Com o aprofundamento do capitalismo na formação econômico-social, as reivindicações da classe trabalhadora com o apoio de sindicatos e movimentos sociais se intensificaram, portanto, era necessária a intervenção do Estado por meio de mecanismos mais sólidos para amenizar a contradição capital x trabalho.

Na década de 40 com a criação de instituições assistenciais, o Serviço Social se institucionaliza como profissão reconhecida na divisão social do trabalho. A criação dessas instituições assistenciais se deu num período em que o Serviço Social “engatinhava” quanto projeto de intervenção, ainda atrelado a sua origem católica desenvolvia ações em obras

assistenciais que foram implementadas pela burguesia paulista e carioca com objetivo de firmar sua presença nos setores operários através do projeto de recristianização da sociedade e assim conter os conflitos existentes entre as classes.²¹ Quanto às instituições assistenciais pode-se dizer que elas foram fundamentais para o processo de profissionalização do Serviço Social.

Em 1932 no Brasil, surge o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS) que teve seu início a partir de um “curso intensivo de formação Social para moças” elaborado pelas Cônegas de Santo Agostinho quando estas convidaram Mlle. Adèle Loneaux da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas para realizar o curso.

De acordo com Iamamoto, o objetivo central do CEAS era formar seus alunos com base na doutrina social da igreja na qual sua ação estaria fundamentada nessa formação doutrinária e no conhecimento mais profundo dos problemas sociais. Assim, tornaria a atuação das trabalhadoras sociais mais eficiente.

Em 1938, durante o Estado Novo, por meio de um Decreto-Lei (Decreto-Lei nº 525 de 01/07/1938), o Serviço Social foi instituído modalidade do serviço público. Por meio desse decreto é criado o Conselho Nacional de Serviço Social (CNS) juntamente com o Ministério da Educação e Saúde, com a função de órgão consultivo do poder público e das entidades privadas, e de estudar os problemas do Serviço Social.

Dentre as funções específicas do CNS, pode-se citar:

Inquéritos e pesquisas sobre as situações de desajuste social; A organização do plano nacional de serviço social, englobando os setores público e privado; Sugerir quais políticas sociais devem ser desenvolvidas pelo governo; Opinar quanto à concessão de subvenções governamentais às entidades privadas. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p.250)

Apesar de sua reorganização o CNS não foi um órgão atuante e nem sequer chegou a ser um mecanismo assistencial de influência sobre o desenvolvimento do Serviço Social. Na prática, suas funções foram exercidas pela Legião Brasileira de Assistência.

A Legião Brasileira de Assistência (LBA), primeira instituição de porte nacional, surge em 1942, logo após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Seu objetivo central era suprir as necessidades das famílias cujo chefe havia sido convocado e mobilizar a opinião pública apoio ao “esforço de guerra”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, P.251)

Com o fim da guerra em 1946, a LBA reformulou seus estatutos definindo como principal atividade a defesa da maternidade e da infância. Assim, a LBA passa a submeter suas ações à orientação técnica do Departamento Nacional da Criança.

²¹ IAMAMOTO (2007:94)

Abaixo os objetivos básicos da LBA(artigo 2º de seus Estatutos):

executar seu programa, pela fórmula do trabalho, em colaboração com o poder público e a iniciativa privada;congregar os brasileiros de boa vontade, coordenando-lhes a ação no empenho de promover, por todas as formas, serviços de assistência social;prestar, dentro do esforço nacional pela vitória, decidido concurso ao governo;trabalhar em favor do progresso do serviço social no Brasil. (IAMAMOTO;CARVALHO,2007,p.250)

Após as campanhas realizadas com os convocados de guerra, a LBA passa a se firmar praticamente em todas as áreas de assistência social, prestando assistência à maternidade, velhice, doentes, aos necessitados, etc. Para isso buscou apoio das escolas de Serviço Social, estabelecendo uma aproximação entre a LBA e o Serviço Social.

Portanto, conforme afirma Iamamoto (2007), a LBA foi fundamental para a implementação e institucionalização do Serviço Social, contribuiu para organização e ampliação das redes de obras sociais, firmando nestas os princípios do Serviço Social e proporcionando a expansão do ensino especializado e o aumento numérico de trabalhadores sociais.

Ainda nesse contexto surgem outras instituições como: o Senai – Serviço Nacional de Aprendizado Industrial (1942), o Sesi – Serviço Social da Indústria (1946) e a Fundação Leão XIII (1946),cujo objetivo comum era proporcionar benefícios assistenciais indiretos ao trabalhadores urbanos e àqueles esgotados pelo sistema.

Com o surgimento dessas instituições, o mercado de trabalho se amplia para o Serviço Social rompendo com o seu estreito laço de sua origem no bloco católico a partir de sua inserção no mercado de trabalho, ou seja, como trabalho e trabalhador presente no processo de reprodução das relações sociais de produção. E assim passa a ser uma profissão institucionalizada e legitimada pelo Estado e pelo conjunto das classes dominantes.

A profissão de Serviço social torna-se uma categoria assalariada aumentando assim as contratações, principalmente, entre setores médios e a pequena burguesia. Como consequência seu público alvo muda, a chamada clientela, que antes se tratava da população pobre em geral, agora passa a se concentrar nos grandes setores do proletariado, sendo estes o alvo principal das políticas sociais desenvolvidas pelas instituições. (IAMAMOTO,2007,p.93)

O Serviço Social deixa assim de ser um mecanismo de distribuição de caridade privada das classes dominantes para se transformar em uma das engrenagens de execução das políticas sociais do Estado e setores empresariais, que se tornam seus maiores empregadores.(IAMAMOTO,2007,p.94)

O processo de institucionalização e as novas atividades desempenhadas pelo Serviço Social e sua ação conservadora geram a necessidade de reestruturação da profissão quanto a sua forma de organização e intervenção. Após a década de 40, o Serviço Social busca conteúdos teóricos e metodológicos que melhor instrumentassem sua prática profissional, neste contexto, podemos enfatizar os congressos de Serviço Social que irão influenciar diretamente nessa busca de melhor adequação teórico metodológica da ação profissional que irão acarretar em inúmeras mudanças na profissão. Sobre isso discutiremos no próximo item.

2.2 Apontamentos sobre o Movimento de Reconceituação no Brasil

O Movimento de Reconceituação²² representa para o Serviço Social uma mudança significativa que em uma perspectiva buscou ruptura com a prática conservadora, e em outras modernizarem a sua atuação ou até mesmo reatualizar o serviço social tradicional. Este movimento teve início nos países da América Latina na década de 1960, que vivenciavam períodos de tensão política e econômica, mobilizando movimentos estudantis, movimentos sociais e outros atores da sociedade para lutar contra o subdesenvolvimento econômico e a ditadura militar, visando a garantia de direitos.

Em meados da década de 60, com as manifestações da “questão social”, o Estado se viu no dever de intervir criando-se novos espaços no mercado de trabalho para o assistente social, alargando suas funções em direção à gestão e planejamento e a inserção destes profissionais no campo empresarial. De acordo com Netto (2007), o Serviço Social se insere no âmbito empresarial não somente pelo crescimento industrial, mas também pelo contexto sociopolítico em que ele ocorre e devido à necessidade de controle da força de trabalho nas áreas de produção.

Este mercado, devido à conjuntura da época, impõe um novo padrão de exigências para o desempenho profissional do assistente social – quer em agências estatais, quer nos espaços privados abertos recentemente. Assim, os assistentes sociais deveriam ter outras práticas profissionais para atender as necessidades do mercado.

Com isso, os assistentes sociais, começaram a se questionar e compreenderam que era preciso adequar a sua prática profissional à nova realidade dos países latinos americanos, construir novos métodos e técnicas de forma que atendesse às necessidades da classe trabalhadora e obtivesse um agir profissional com identidade própria.

²² O Movimento de Reconceituação iniciou nos países da América Latina e deu base para o processo de Erosão do Serviço Social “Tradicional” no Brasil.

Nos anos 60, os movimentos e lutas sociais, o desenvolvimento de experiências reformistas na América Latina, o surgimento da Revolução Cubana, a luta de guerrilhas e a reflexão em torno do processo de dependência acentuaram a insatisfação de muitos assistentes sociais que se viam como ‘bombeiros’, chamados a pagar pequenos incêndios, a atuar no efeito da miséria, a estabelecer contatos sem contribuir efetivamente para a melhoria da vida cotidiana do povo. (FALEIROS, 1997, p.117)

No Brasil em 1964 instaura-se a Ditadura Militar – Golpe que destituiu o presidente João Goulart do poder. Com isso uma série de manifestações ocorreu pelo país na luta contra a ditadura e em busca da garantia de direitos. Estes protestos contavam com a participação de movimentos estudantis, sindicatos, profissionais de serviço social, dentre outros atores sociais.

Neste período devido a Ditadura Militar o Serviço Social se direcionava para uma modernização conservadora, ou seja, se incorporando na lógica desenvolvimentista²³ por influência do Serviço Social norte-americano. Nesse contexto, as mazelas da questão social demandaram dos assistentes sociais uma abordagem profissional individual, de grupo e de comunidade, abordagem essa que visava integrar o homem ao meio social.

A partir dessa incorporação teórica e metodológica do Serviço Social de comunidade, Netto(2007) explicita que os profissionais passaram a ter maior sensibilidade às questões macrossociais, e destaca que esta forma de intervenção estava “mais consoante com as necessidades e as características de uma sociedade como a brasileira – onde a “questão social” tinha magnitude elementar massiva”. Considera-se esse fator um ponto fundamental para o processo de erosão das bases do Serviço Social Tradicional, no qual o assistente social deixa de ser um “apóstolo” e passa atuar como um “agente de mudança”.(2007,p.138)

Diante do exposto, Netto aponta três elementos absolutamente importantes para detectar a erosão do Serviço Social “Tradicional”:

1. “O reconhecimento de que a profissão se sintoniza com ‘as solicitações de uma sociedade em mudança e em crescimento’ ou se arrisca a ver seu exercício ‘relegado a um segundo plano’”;
2. “levanta-se a necessidade ‘de [...] aperfeiçoar o aparelhamento conceitual do Serviço Social e de [...] elevar o padrão técnico, científico e cultural dos profissionais desse campo de atividade’”;
3. “a reivindicação de funções não apenas executivas na programação e implementação de projetos de desenvolvimento”. (NETTO, 2007, p. 139)

²³ A ideologia desenvolvimentista apresenta-se como uma proposta de crescimento econômico acelerado, continuado, autossustentado, a fim de correr atrás do atraso do subdesenvolvimento.

No entanto, Netto afirma que estes elementos foram apenas uma sinalização e que não se constata claramente uma crise do Serviço Social Tradicional. O autor coloca que essa crise se instaura nos anos posteriores com o rebatimento de 4 fatores específicos na categoria profissional:

1. Amadurecimento profissional e sua relação em equipes multiprofissionais;
2. Desligamento de segmentos da Igreja católica tradicional e a emergência de grupos católicos progressistas;
3. Ingresso do movimento estudantil nas escolas de Serviço Social;
4. O “referencial próprio de parte significativa das ciências sociais do período, imantada por dimensões críticas e nacional-populares”. (NETTO, 2007, p.140)

Outro fator relevante no processo de renovação do Serviço Social foi o CBCISS (Centro Brasileiro da Conferência Internacional de Serviço Social), pois por meio deste abrem-se grandes seminários de teorização, dentre eles: Araxá(março de 1967), Teresópolis(Janeiro de 1970), Sumaré(Novembro de 1978) e Alto da Boa Vista(Novembro de 1984). Além dos seminários de teorização, o CBCISS realizou atividades editoriais e organizou cursos direcionados para profissionais e docentes.

A renovação se inicia mediante a ação organizadora de uma entidade que aglutina profissionais e docentes, em seguida tem o seu centro de gravitação transferido para o interior das agências de formação e, enfim, espraia-se desses núcleos para organismos de clara funcionalidade na imediata representação da categoria profissional – esta é a evolução que leva da ação quase exclusiva do CBCISS ao debate nas escolas (principalmente nos cursos de pós-graduação) e, posteriormente, à conjugação desses espaços com aqueles de organizações estritamente profissionais.(NETTO,2007,p.153)

Os fatos aqui mencionados contribuíram para uma inquietação por parte dos assistentes sociais que passaram buscar conteúdos teóricos e metodológicos que melhor instrumentassem sua prática na realidade brasileira. O movimento de Reconceituação na América Latina influenciou o processo de renovação no Brasil, em função da realidade social em que se encontrava, com uma produção pesada ampliada e elevados índices de desigualdades sociais.

A partir dos anos 60 o Serviço Social Tradicional passou a ser questionado considerando as mudanças políticas econômicas e culturais ocorridas no Brasil, porém somente nos anos 70 e 80 que o movimento realmente emergiu.

Diante deste contexto de desigualdade social e luta por parte dos assistentes sociais juntamente com os sindicatos e outros atores, identificamos que não é possível se manter

dentro de uma neutralidade como na gênese da profissão, portanto percebe-se uma ideologia política de dominantes e dominados. Com isso, estes assistentes sociais se reconheceram quanto classe trabalhadora e com o compromisso de defender os direitos dos trabalhadores.

Conforme Netto (2007), com a erosão do Serviço Social Tradicional, a profissão se desenvolveu diferencialmente em três vertentes principais e fundamentais para o processo de renovação. São elas: Perspectiva Modernizadora; Reatualização do Conservadorismo e Intenção de Ruptura. Instaura-se neste caso, o pluralismo, ou seja, o Serviço Social rompe com o pensamento único. Importante frisar que a instauração do pluralismo não significa o fim do Serviço Social conservador, pois cada vertente apresenta diferentes projetos societários.

A primeira direção é a perspectiva Modernizadora recusa o Serviço Social tradicional, mas não recusa o capitalismo. Nesta vertente a perspectiva está no indivíduo e no planejamento – atuação micro e macro – não é somente o indivíduo que precisa mudar, mas também o planejamento estrutural da sociedade. Caracteriza-se pela abordagem funcionalista, estruturalista e positivista.

Conforme Netto, (2007) o auge da perspectiva modernizadora se dá em 1967 com o encontro de Araxá e em 1970 no encontro em Teresópolis, na qual documentos foram elaborados priorizando o projeto tecnocrático/modernizador²⁴.

A segunda vertente Reatualização do Conservadorismo propõe o retorno do Serviço Social tradicional com rupturas. Aqui o indivíduo é levado a identificar seus problemas na sua história de vida e ele age em busca de transformação. Esta corrente tem sua prática seguida na subjetividade do indivíduo, ou seja, atuação psicossocial – perspectiva fenomenológica. Vale ressaltar, que os encontros de Sumaré e Alto da Boa Vista²⁵ expressam em seus documentos a reatualização do conservadorismo.

Trata-se de uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto)representação e da prática, e os repõe sobre uma base teórico-metodológica que se reclama nova, repudiando, simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados à tradição

²⁴ No 1º Seminário de Teorização em Araxá em 1967 foi elaborado um documento por 38 assistentes sociais que buscavam pensar no Serviço Social procurando sistematizar seus referenciais teóricos. Tratava-se de uma carta de princípios que orientaria a prática profissional. Segundo o documento era uma prática institucionalizada interventiva que trabalha junto ao indivíduo com desajustamento familiar e social, sob uma perspectiva preventiva e corretiva.

O documento de Teresópolis foi elaborado pela iniciativa de 33 profissionais em 1970, sendo um estudo sobre a metodologia do Serviço Social pensando a prática e sua relação com a teoria, uma concepção operacional da profissão. Neste documento constava-se a busca de um perfil profissional que mais se adequasse a modernização conservadora da Ditadura Militar, consolidando o estrutural-funcionalismo como concepção teórica.

²⁵ A documentação do Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1984) está para o deslocamento da perspectiva modernizadora. Conforme Netto, “nos dois seminários, notadamente no Alto da Boa Vista, é perceptível um movimento de abertura a referências distintas do caldo conservador”. (2007, p.195). Ainda assim, o documento Alto da Boa Vista só teve repercussão 4 anos após a realização do encontro que lhe deu origem.

positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana.(NETTO,2007,p.157)

A terceira é a Intenção de ruptura, a vertente que mais se aproxima do pensamento marxista, “manifesta a pretensão de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com os seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador).”(NETTO,2007,p.159)

O processo de ruptura só foi possível a partir da abertura política, visto que a ditadura militar havia colocado inúmeros empecilhos para que este movimento acontecesse. Importante destacar que esse movimento não era hegemônico, pois haviam profissionais que agiam de acordo com as orientações modernizadora e com a reatualização do conservadorismo.

Essa vertente teve seus primeiros passos de ruptura através da academia, pois em meio a ditadura militar-fascista, a academia seria o lugar menos inseguro para desenvolver o pensamento crítico marxista, utilizando não somente as salas de aula, mas também os projetos de pesquisa e extensão, possibilitando uma maior aproximação com a prática profissional.

Um dos marcos da intenção de ruptura no Serviço Social brasileiro foi a experiência do Método de Belo Horizonte (Método BH), e uma das suas características é o marxismo sem Marx, pois não podia divulgar nesse período o pensamento marxista na íntegra devido a ditadura militar. Essa vertente apontava para um Serviço Social de abordagem coletiva, mobilizadora, incentivando a organização social nas reivindicações das necessidades da classe trabalhadora.

Outro ponto importante para o processo de ruptura, é a reflexão produzida por Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho: *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, publicado em 1983 – esboço de uma interpretação histórico-metodológica. Sinalizando “a maioria intelectual da perspectiva da intenção de ruptura – ponto de inflexão no coroamento da consolidação acadêmica do projeto de ruptura e mediação para o seu desdobramento para além das fronteiras universitárias”(NETTO,2007,p.275)

O período de 1970 a 1980, no Brasil, os movimentos sociais e o operário-sindical se depararam com uma intensa discussão política e luta pela redemocratização do país. Em meio a esse clima de tensão o posicionamento crítico do Serviço Social é assumido pelos setores profissionais, demarcando o processo de ruptura com o tradicionalismo, na qual os assistentes sociais passam a investir na organização da categoria e na formação acadêmica com base teórico-metodológica orientada pelo método dialético marxista.

Em 1979 aconteceu o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), na cidade de São Paulo; tornando-se este um marco referencial para um conjunto de mudanças no Serviço Social brasileiro. Alguns profissionais vinculados ao movimento da classe trabalhadora romperam com o conservadorismo, instaurando o pluralismo político que não somente trouxe uma organização profissional, mas fundou entidades como Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) – depois renomeada Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) – e, posteriormente o Conselho Federal de Serviço Social. Denominou-se como Congresso da Virada devido ao contexto do período, pois os assistentes sociais estavam na luta por um Estado democrático ao lado da classe trabalhadora.

Conclui-se que o congresso da virada foi de suma relevância para despertar a necessidade de se ter uma nova visão para a profissão. Visão esta fundamentada na perspectiva de ruptura com o conservadorismo, direcionando para a construção de um novo projeto ético político que atendesse as demandas da classe trabalhadora.

Na década de 80 com a queda da ditadura militar, o processo de renovação crítica do Serviço Social se consolida, e a partir disso, podem-se observar significativas mudanças na categoria profissional.

Sobre isso destacamos: aprovação do novo currículo mínimo, pelo Conselho Federal de Educação em 1982, que representou um ganho significativo para a perspectiva intenção de ruptura, “a aproximação do Serviço Social sobre a discussão da vida cotidiana com base em autores como Lukács e Heller, Goldman, Lefèvre”²⁶, a influência Gramsciana em várias produções da década de 80, permitindo a reinterpretação das possibilidades de ruptura, a elaboração do código de ética profissional de 1986 expressando uma influência marxista (BARROCO, 2005, p.170), sinalizando uma ruptura ética com o Serviço Social tradicional, e conforme já mencionado, a construção de um novo projeto ético político da profissão, vinculado a um projeto societário, visando uma nova ordem social, voltado à equidade, justiça social e universalização dos acessos de bens e serviços relativos às políticas sociais focando no compromisso com a classe trabalhadora.

2.3 A construção do Projeto Ético Político da Profissão de Serviço Social no decurso do processo de renovação profissional

O espraiamento das ideias e princípios do movimento de reconceituação nos países da América latina juntamente com o processo de redemocratização da sociedade brasileira provocou a reflexão da prática profissional do Serviço Social, despertando nos profissionais a

²⁶ (BARROCO, 2005, p.174)

necessidade de adequar sua prática a realidade daquele momento, tornando esse período o início do rompimento do Serviço Social tradicional e seu avanço em direção a renovação.

Conforme já sinalizado no item anterior, esse período de grandes mudanças no Serviço Social brasileiro teve seu marco no III CBAS, em 1979, na cidade de São Paulo, quando, a vanguarda profissional virou a página, e notou a necessidade de apoiar o movimento dos trabalhadores, colaborando assim, para a construção de um projeto ético-político comprometido com os interesses da classe trabalhadora.

Pode-se localizar aí a gênese do projeto ético-político, na segunda metade da década de 70. Este mesmo projeto avançou nos anos 80, consolidou-se nos 90 e está em construção, fortemente tensionado pelos rumos neoliberais da sociedade e por uma nova reação conservadora no seio da profissão na década que transcorre. (BRAZ, 2005, p.3)

Para compreender o projeto ético político é importante saber o que é projeto societário e projeto profissional. “O Projeto societário apresenta uma imagem de sociedade a ser construída, que reclama de determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la” (NETTO, 1999, p.2). São projetos macroscópicos, para o conjunto da sociedade e, portanto, são projetos de classes. Está presente na dinâmica de qualquer projeto coletivo, inclusive no projeto ético político de Serviço Social.

Já os projetos profissionais [inclusive o projeto ético político do Serviço Social] pode-se dizer que:

Apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (NETTO, 1999, p. 4)

Netto(1999) afirma que “não há dúvidas de que o projeto ético político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade.” E esta vinculação se dá por meio de uma exigência posta pela dimensão política da intervenção profissional. Ao atuar no cotidiano profissional o assistente social imprime sobre suas ações uma direção social que pode favorecer a um ou outro projeto societário, embutindo nelas uma determinada direção social entrelaçada por uma valoração ética específica.

O projeto ético político do Serviço Social é claro quanto ao seu compromisso:

Tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero.(Netto,1999,p.104-5 apud Teixeira,J.;Braz,M.,2005,p.6)

Diante do exposto, identifica-se a estrutura básica do projeto ético político, contendo como núcleo três aspectos: O reconhecimento da liberdade como valor ético, compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais e a vinculação com um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social.

No âmbito da dimensão política, o projeto se posiciona a favor da equidade e justiça social, no que diz respeito à universalização dos acessos a bens e serviços como políticas e programas sociais; visa a ampliação e consolidação da cidadania a fim de garantir direitos civis, sociais e políticos para a classe trabalhadora. Ou seja, se declara democrático - busca a socialização da participação política e a socialização da riqueza socialmente produzida.

Do ponto de vista profissional, foca no compromisso com a competência, daí a ênfase da formação acadêmica qualificada, pois dará um aperfeiçoamento intelectual ao assistente social, e despertar neste uma preocupação com a (auto) formação permanente e uma constante postura investigativa.

Por último, no que diz respeito ao usuário, o projeto prioriza uma nova relação sistemática com os usuários dos serviços oferecidos – requer compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, a publicização dos recursos institucionais, viabilizando a democratização e universalização do acesso e, sobretudo, abrir as decisões institucionais à participação dos usuários. Enfatiza que o desempenho ético-político do assistente social se potencializará ao buscar articulação com segmentos de outras categorias profissionais e movimentos que partilham de ideias semelhantes com a luta em prol da classe trabalhadora²⁷.

Teixeira e Braz(2009,p.7) enfatizam que há elementos constitutivos do projeto ético-político do Serviço Social e os componentes que o materializam no processo sócio-histórico da profissão.

Quanto aos elementos constitutivos pode-se citar: O primeiro se relaciona com a explicitação dos princípios e valores ético-políticos; segundo, a matriz teórico-metodológica em que se ancora; terceiro, a crítica à ordem social vigente – a sociedade capitalista – que produz e reproduz a miséria ao mesmo tempo em que se gera muita riqueza; e o quarto se manifesta nas lutas e posicionamentos políticos adquiridos pela categoria devido às suas

²⁷ NETTO (1999:16)

formas coletivas de organização política e sua aliança com setores mais progressistas da sociedade.

Para tanto, os autores afirmam que cada elemento constitutivo citado acima têm em sua base os componentes que materializam o projeto ético-político. Ou seja, aqueles ganham visibilidade social através de componentes construídos pelos(as) próprios(as) assistentes sociais. São eles:

- **Dimensão da produção de conhecimento no interior de Serviço Social:** Trata-se da sistematização da prática profissional, onde consta a reflexão sobre o fazer profissional.

- **Dimensão político-organizativo da profissão:** Aqui se envolvem tanto os fóruns de deliberação quanto as entidades da profissão: as associações profissionais, as organizações sindicais, o conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal e Conselho Regional de Serviço Social), ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), há também o movimento estudantil representado pelo CA's e DA's (Centros e Diretórios Acadêmicos das unidades de ensino) e pela ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social). Aqui são construídos os traços gerais do projeto, onde são reafirmados (ou não) determinados compromissos e princípios.

- **Dimensão jurídico-política da profissão:** Aqui se constitui a estrutura legal e institucional da profissão, envolvendo leis e resoluções, documentos e textos políticos consagrados na trajetória da categoria. Como aparato político-jurídico estritamente profissional destaca-se o Atual Código de Ética, Lei de Regulamentação da profissão – Lei 8662/93 e as novas diretrizes curriculares do curso de Serviço Social; e como aparato jurídico-político de caráter mais abrangente aponta-se o conjunto das leis (Legislação Social) advindas do capítulo da Ordem Social da Constituição Federal de 1988, pois por mais que não seja exclusiva da profissão, ela é utilizada pelo assistente social em diversas áreas de atuação.

Em suma, estes componentes foram fundamentais para materialização e consolidação do projeto ético-político profissional do Serviço Social que desde os meados da década de 90 até os dias atuais vem enfrentando os desafios que lhe são impostos. Com a consolidação e expansão do Neoliberalismo houve perdas dos direitos sociais já conquistados, ocasionando para a classe trabalhadora o aumento da precariedade de suas condições de vida e trabalho, o

aumento do desemprego, rebaixamento salarial, o aumento da miséria, e a precarização das políticas sociais, pois o Estado cada vez mais tirava de si a responsabilidade de investir nelas.

Diante disso, este é desafio que está posto nos dias atuais para o assistente social:

Como reforçar e consolidar esse projeto político profissional em um terreno profundamente adverso? Como atualizá-lo ante o novo contexto social, sem abrir mão dos princípios ético-políticos que o norteiam? Ora, a vitalidade desse projeto encontra-se estreitamente relacionada à capacidade de adequá-lo aos novos desafios conjunturais, reconhecendo as tendências e contra-tendências dos processos sociais, de modo que torne possível a qualificação do exercício e da formação profissionais na concretização dos rumos perseguidos. (IAMAMOTO, 1998, p.113-114)

Sendo assim, por mais que em pleno anos 2000 nos deparamos com questões que possam dificultar o agir profissional do assistente social, é possível exercer a profissão sem abrir mão dos princípios ético-políticos que os orienta e prestar serviços de qualidade, atendendo de forma eficaz e eficiente as demandas postas pela sociedade, pois conforme Iamamoto diz, a vitalidade desse projeto o torna capaz de se adequar a qualquer desafio conjuntural sem prejudicar a qualificação do exercício e da formação profissional. Portanto, a manutenção desse projeto na sociabilidade contemporânea considera-se um feito admirável para uma profissão.

3 A INSERÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS EM ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS E QUESTÃO SOCIAL

Neste capítulo falaremos sobre as diversas manifestações da questão social presentes nas escolas públicas do município do Rio de Janeiro, e as consequências que elas geram no dia a dia escolar da criança e do adolescente. Enfatizando a relevância da inserção do assistente social nessas escolas para uma intervenção multiprofissional (assistentes sociais, psicólogos e professores), onde cada um com o seu saber poderá traçar ações que possam amenizar os conflitos sociais que se afluam no âmbito escolar. Dissertaremos também sobre o projeto de lei 3688/2000²⁸ que se encontra em plenária, na qual estabelece concursos públicos para inserção de assistentes sociais e psicólogos no quadro de funcionários da educação em cada escola pública. E por fim, falaremos brevemente sobre o trabalho desenvolvido pelas equipes PROINAPE (Programa Interdisciplinar de Apoio às Escolas) em algumas escolas públicas do município do Rio de Janeiro.

3.1 Escola e Questão Social

A instituição escola possui um papel fundamental na sociedade. O desempenho de sua função social de formadora de sujeitos históricos, precisa ser em um espaço de sociabilidade que possibilite a construção e socialização do conhecimento produzido, tendo em vista que esse conhecimento não é dado *a priori*, pois se caracteriza como um processo em construção. A escola é o lugar onde, por princípio, é difundido o conhecimento que a sociedade estima necessário transmitir às gerações.

Segundo Frigotto (2003), a escola é uma instituição social que, mediante sua prática no campo do conhecimento, dos valores, atitudes e, mesmo por sua desqualificação, articula determinados interesses e desarticula outros. Nessa contradição existente no seu interior, está a possibilidade da mudança, haja vista as lutas que aí são travadas. Portanto, pensar a função social da escola implica repensar o seu próprio papel, sua organização e os atores que a compõem.

No que diz respeito à escola, podemos dizer que ela, enquanto instituição inserida numa sociedade capitalista aparece como uma instituição neutra, ou seja, dissociada de qualquer influência social. Althusser expõe essa ideia quando afirma que na ideologia

²⁸ Em anexos consta o projeto de lei 3688/2000 e o substitutivo do mesmo para verificação.

capitalista tecnoburocrática, a escola está representada como “neutra, desprovida de ideologia”, já que é necessário ao regime burguês camuflar os conflitos de interesses sociais (ALTHUSSER, 1987, p.57).

Esse caráter imputado à escola faz com que ela receba pressão de diferentes segmentos e incorpore os valores dessa sociedade, o que a confirma como uma instituição política isenta de qualquer neutralidade. Essas cobranças ocorrem ao se depararem com os resultados insatisfatórios da educação divulgados pelo país e órgãos internacionais. Logo, os educadores e a escola são cobrados a dar uma resposta aos problemas que se apresentam que são reflexos sociais de uma sociedade configurada pelo antagonismo entre as classes sociais, na qual uma delas emerge como dominante, procurando manter o domínio e a direção sobre o conjunto da sociedade.

Podemos considerar que a escola assume um papel de instrumento da difusão ideológica da classe dominante. Constitui-se em um instrumento da reprodução e manutenção das relações capitalistas de produção, e em alguma medida, contribuindo para a permanência das desigualdades sociais. Todavia é uma instituição em que é possível incluir outros valores, outros interesses que sejam mais consonantes com a realidade dos sujeitos que a integram.

Não há dúvida de que podemos pensar na escola como instituição que pode contribuir para a transformação social. Mas, uma coisa é falar de suas potencialidades... uma coisa é falar “ em tese”, falar daquilo que a escola poderia ser. [...] outra coisa bem diferente é considerar que a escola que aí está já esteja cumprindo essa função. Infelizmente essa escola é sim reprodutora de certa ideologia dominante... é sim negadora dos valores dominados e mera chanceladora da injustiça social, na medida em que recoloca as pessoas nos lugares reservados pelas relações que se dão no âmbito da estrutura econômica. (PARO, 2001 apud MICHELS, 2006, p. 406)

Enquanto isso ocorre a escola é também conclamada a ser “democrática”, “para todos”, uma escola inclusiva. Tanto que até mesmo aqueles que no passado historicamente foram excluídos da escola, hoje, por meio de programas elaborados pelo governo, esses alunos retornam para as salas de aula em busca de uma formação de qualidade que lhes garantam melhores condições de trabalho e vida. Entretanto, se sabe que mais do que receber a todas as pessoas é preciso repensar o conteúdo, os saberes, a metodologia do ensino, enfim, a escola, seus sujeitos e a realidade em que se insere. O fato de ampliar a entrada de estudantes, isoladamente, não a fará mais democrática.

Dentro desse contexto de uma sociedade de contradições, é evidente que a escola sofrerá determinadas consequências, pois dentro dela começam a saltar inúmeros problemas que são oriundos desse sistema capitalista no qual estamos inseridos. Há estes problemas

podemos também entendê-los num conjunto de manifestações da “questão social” que se apresentam cotidianamente nas relações entre alunos, educadores, família e comunidade.

Em nossa formação em Serviço Social nos aprofundamos na busca de entendimento sobre a chamada “questão social”, que segundo Yamamoto pode ser definida como:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2000, p. 27)

Diante do exposto, podemos destacar que algumas dessas expressões da questão social têm rebatimentos no meio educacional da sociedade brasileira: fome, miséria, analfabetismo, evasão escolar, baixo rendimento escolar, desvalorização do profissional educador, diferentes formas de violência, desemprego, drogas, etc, afetando diretamente os sujeitos que a integram gerando consequências externas e internas à instituição escolar. Com isso, é importante que a escola esteja preparada para atender os alunos envolvidos nestas situações, visto que estes conflitos tem se intensificado cada vez mais, trazendo consequências negativas para formação e para a vida desses estudantes. É o caso, por exemplo, do bullying. Estas práticas preconceituosas e discriminatórias sempre existiram, mas atualmente tem se manifestado muito fortemente na escola e cabe aos sujeitos que conduzem o processo educacional tomar medidas educativas para, especialmente, evitar a reprodução da discriminação das diferentes formas de violência, dentro e fora da escola.

De acordo com a Constituição Federal (1988), Lei de Diretrizes e Bases (1996) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) é direito de toda criança ter acesso à educação pública de qualidade e demais direitos correlatos que lhe garanta o pleno desenvolvimento. Temos visto, contudo, que alguns desses direitos explicitados nestes documentos estão sendo violados prejudicando o desenvolvimento do aluno dentro e fora da escola.

Está previsto no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) o seguinte:

Art.53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I – igualdade de condições para acesso e permanência na escola;

II – direito de ser respeitado por seus educadores;

III- direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV- direito de organização e participação em entidades estudantis;

V- acesso a escola pública e gratuita próxima de sua residência. (BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.)

Conforme consta no artigo acima o ECA prediz ser direito da criança a igualdade de condições para acesso e permanência na escola, porém sabemos que isso na prática não é uma realidade para grande número de crianças brasileiras. Primeiro porque estamos inseridos numa sociedade capitalista na qual existe a contradição entre as classes, e logo nem todos os indivíduos poderão gozar na prática de todos os direitos enunciados formalmente em nossas legislações; e em segundo, muitas crianças de famílias pobres estão envolvidas em conflitos sociais provocados por esse antagonismo, os quais se manifestam-se em distintos espaços da sociedade, e que interferem na permanência dessas crianças no âmbito escolar por questões decorrentes da condição de pobreza da família. É inevitável que muitas dessas crianças, e mais ainda os adolescentes, por se encontrarem em condições precárias de vida são obrigadas a se entregar ao mercado de trabalho informal para ajudar no sustento em casa, e isso é o suficiente para colocar essa criança numa situação desigual a outra que não tenha necessidade de trabalhar e estudar, quando também não acabam abandonando a escola.

Tem ainda aquelas que vivem em situação de rua, que evidentemente não frequentam o espaço escolar, e vivem as situações mais agudas de violação de direitos básicos da cidadania, como alimentação, moradia, acesso à saúde, educação, convivência familiar, entre outros.

O estudante traz com ele a situação econômica da família e a convivência com o mundo que está a sua volta. Muitas vezes o aluno possui certa dificuldade de aprendizado, apresenta um péssimo rendimento escolar o que pode acarretar, em alguns casos, o abandono escolar e a não conclusão dos estudos. Logo, esse aluno futuramente terá dificuldades de inserir-se nesse mercado de trabalho exigente e competitivo, e, portanto, será mais um na lista de desempregados ou um trabalhador em condições precárias de trabalho submetido a mísero salário. A escola precisa ter alternativas para estas situações, tanto pedagógicas quanto acompanhamento social e psicológico. Isso que estamos tratando é o acesso à educação formal dentro dos marcos do capitalismo, nem nos referimos aqui à uma “educação transformadora”.

Os rebatimentos da questão social à educação são notórios, e evidencia-se quando identificamos a violação de outros direitos como falta de emprego dos responsáveis, habitação, alimentação, saúde, saneamento básico etc, dos familiares dessas crianças e adolescentes o que acaba impactando na condição de participação no ambiente escolar. O não acesso a esses direitos comprometem as relações familiares e por consequência prejudicam o aluno no seu desempenho escolar, violando assim mais um direito, o direito à educação. Sabemos que a ausência de recursos materiais para a reprodução da família, por vezes, pode gerar outros conflitos; violência intrafamiliar, alcoolismo, entre outros. Acaba criando um

ciclo de violações de direitos que atinge a vida desses sujeitos que estão “em formação” como diz o ECA.

Nesse aspecto, mediante inúmeros fatores que podem estar contribuindo para um péssimo rendimento escolar dos alunos, foi realizada uma pesquisa pelo Ibope²⁹, em parceria com o movimento Todos pela Educação, na qual aponta as principais dificuldades no ensino e nas escolas públicas do país. “Qual é o maior problema da escola pública no Brasil?” Essa pergunta foi feita aos brasileiros de todas as regiões do país. Estimulados a apontar os três maiores problemas das escolas brasileiras, 50% dos entrevistados citaram: a falta de segurança e drogas; em segundo lugar, estão os professores desmotivados e mal pagos; e somente em terceiro lugar a baixa qualidade do ensino.

É curioso o resultado da pesquisa por colocar em primeiro lugar a questão da segurança e drogas como os principais vilões da educação no Brasil. Pois, era de se esperar que a baixa qualidade do ensino estivesse na primeira posição. Contudo, esse resultado é compreensível diante da conjuntura atual que se encontra o Brasil, com o crescimento da violência urbana, expansão do tráfico de drogas, etc, o que tem gerado situações de grande exposição e vulnerabilidade, principalmente, àqueles que residem nas periferias das grandes cidades, porém, não apenas nelas. Com isso, as escolas situadas próximo ou dentro de áreas de conflitos por tráfico de drogas são afetadas diariamente na sua rotina escolar, trazendo consequências negativas na vida do aluno, e também, para todos os profissionais inseridos nesta instituição.

Em reportagem do portal G1, o ex-ministro da educação Fernando Hadad, avalia:

“Surpreende o apontamento da questão da segurança em primeiro lugar e, de certa forma, talvez esse item explique os dois seguintes, que é a desmotivação dos professores e a questão da dificuldade de aprendizado de algumas crianças, porque, quando você não tem um ambiente de paz, um ambiente próprio para o aprendizado, isso dificulta a relação ensino-aprendizagem, dificulta o trabalho do professor e, por desdobramento natural, também o desempenho dos estudantes”. (G1, 2009, online)

Para além de entender o que motivou essa questão ter ficado em primeiro na pesquisa é importante ressaltar que a insegurança pode e muito atrapalhar o ambiente escolar, afetando o desempenho do aluno e também o trabalho dos profissionais ali lotados que acabam vivendo

²⁹ O G1, portal de notícias das Organizações Globo, disponibilizou três reportagens falando sobre uma pesquisa feita pelo Ibope Inteligência no ano de 2008, em parceria com o movimento Todos pela Educação, na qual aponta as principais dificuldades no ensino e nas escolas públicas do país. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornaldaglobo/0,,MUL1045666-16021,00-INSEGURANCA+E+DROGAS+SAO+OS+PRINCIPAIS+VILOES+DA+EDUCACAO+NO+BRASIL.html> ; <http://g1.globo.com/jornaldaglobo/0,,MUL1047407-16021,00-PROFESSORES+RECLAMAM+DE+BAIXOS+SALARIOS.html> ; <http://g1.globo.com/jornaldaglobo/0,,MUL1049128-16021,00-MA+QUALIDADE+DO+ENSINO+ATRASA+OS+ALUNOS.html> Acesso em: 26 mar. 2014.

momentos de tensão, uma realidade latente das periferias e regiões metropolitanas das grandes cidades, o Rio de Janeiro é só um exemplo. É certa que a desmotivação dos professores não está vinculada somente a questão da insegurança no seu local de trabalho, mas também pelo fato de não serem valorizados, e por possuírem um salário baixo, muitos se sujeitam a dupla jornada em mais de uma escola para obterem um salário melhor, sem contar com o excesso de trabalho que possuem e o pouco tempo para se qualificar.

E aqui vamos relatar algumas falas de professores retiradas da reportagem:

Haja voz, haja “braço” e, sobretudo, haja disposição! Se dar aula para uma sala cheia e falante já é difícil, imagine para duas ou três por dia. É uma jornada desgastante para boa parte dos professores de São Paulo. “Para conseguir um salário mínimo digno, a gente precisa se estender às vezes nos três períodos. Isso é desgastante fisicamente, o corpo não aguenta. E aí vem a saúde, tem muito professor afastado, de licença, muito professor readaptado com problemas de saúde mesmo por conta do excesso de trabalho.” (Relato da professora Viviane Ribeiro Gadotti)

“Os professores estão esgotados. Não só pelo baixo salário, mas pelas condições de trabalho. Há uma exigência cada vez maior em relação à performance dos professores.”(Especialista em educação Rudá Ricci)

Nós temos uma mudança constante nos conceitos de educação, então há a necessidade de o professor estar sempre se atualizando. (Fala do professor Douglas Garin)

Uma professora que não quis se identificar apontou a dificuldade de lidar com a participação cada vez menor de muitas famílias na educação de seus filhos. Segundo a professora é uma lacuna que sobrecarrega a escola. *“A escola ensina educação sexual, educação moral, ensina a ler, ensina a escrever, ensina a ter zelo pela natureza. O dever da educação não é só da escola, está garantido na constituição: escola e família.”* Expõe a professora na entrevista dada ao G1.

De fato a participação da família na educação dos filhos é fundamental. A escola por si só não conseguiria dar conta de toda a responsabilidade com formação de valores, da ética, da convivência em sociedade, além da educação formal, logo é necessário que os pais incentivem os filhos a estudar, acompanhem seu desenvolvimento dentro da escola, acompanhem seu rendimento, e sempre que identificar determinados problemas juntamente com a escola buscar uma solução. Ressalta-se, contudo, que este não é um aspecto observado apenas entre os segmentos de classes mais pauperizadas.

Diante do que foi exposto podemos destacar algumas leis que fundamentam os direitos citados acima, nos fazendo compreender o diferencial que fariam se exercidas.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL. Constituição Federal de 1988)

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; (BRASIL. Lei 9.394 de 20 Dez.1996)

Art.13. Os docentes incumbir-se-ão de:

VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade. (BRASIL. Lei 9.394 de 20 Dez.1996)

Ainda apoiando-se na reportagem do G1 referente à pesquisa realizada pelo Ibope sobre os principais vilões da educação, um caso importante destacado foi sobre a zona leste de São Paulo onde há uma escola que parece uma prisão, pois há grades para todos os lados: nas janelas, nos corredores, nas escadas, além de obter cadeados nos portões e as salas de aula possuir portas de ferros trancadas a chave. A explicação disso é para evitar a invasão do tráfico dentro da escola. Alunos relatam que mesmo com toda a segurança ainda é possível conseguir drogas dentro da escola e que todos os alunos sabem quando e onde encontrar a droga. *“Há muitos meninos que às vezes saem da sala de aula e vão para o banheiro fumar, se drogar lá dentro”*, revela uma estudante.

A Professora de ciências conta que foi intimidada e viveu momentos de tensão dentro da sala de aula. *“Já houve casos de o aluno ameaçar: ‘ Ah, professora, você vem de carro, professora. Cuidado, hein, professora!”,* diz Viviane Ribeiro Gadotti. São situações como essa que muitos professores no Brasil estão sujeitos a vivenciar, um ambiente que deveria ser de aprendizado, de troca de conhecimento, de formação de cidadãos conscientizados e críticos, se torna um ambiente de insegurança, medo e total vulnerabilidade, proporcionando graves problemas aos que frequentam esta instituição. Porém, apesar de dramáticos, não podem ser analisados isoladamente do conjunto das condições da sociedade contemporânea.

Quando nos relatos da pesquisa é destacada à falta de segurança, podemos correlacionar com a realidade de escolas situadas em zonas periféricas em que situações como essa são vivenciadas cotidianamente por crianças oriundas de famílias que do ponto de vista socioeconômico são menos favorecidas; e logo, estas sentem mais de perto o problema, a questão da violência, do tráfico e do uso da droga, por ser uma questão presente muitas vezes no local onde vive. Porém, os números da pesquisa revelam que todas as classes sociais estão preocupadas com a violência na escola pública. Drogas e violência são citadas por 56% dos

entrevistados com renda familiar entre cinco e dez salários mínimos, e mesmo entre os mais ricos, o índice chega a 40%. Portanto, percebe-se que a situação de violência não é algo focalizado, em determinada área da cidade, mas sabe-se que de acordo com o território em que se vive ou em que se localiza uma escola as consequências dessa “insegurança” serão distintas.

Como já foi dito anteriormente, a questão social está cada vez mais presente nas escolas públicas do Brasil e se manifesta de diversas maneiras, especialmente dificultando o processo de aprendizado do aluno. Infelizmente, esse problema se alastrou e tem atingido escolas da cidade, do interior, independente, de estarem situadas dentro, fora ou próximas de favelas.

Apesar disso, há evidências de que as escolas situadas em comunidades ou próximas delas enfrentam mais dificuldades, e para o professor tem sido um grande desafio lecionar nessas escolas, visto que dentro delas é latente uma gama de conflitos; pois estão situadas em um local onde não recebem a devida atenção do Estado e, portanto, ficam a mercê do “governo” de organizações ligadas ao tráfico de drogas.

Vistas como espaço da ausência, da precariedade e da falta de recursos, as favelas passam a ser consideradas uma “cidade à parte” da cidade formal. Um espaço que se constitui com regras próprias, no qual o Estado não pode intervir. Considerada pelo senso comum como espaço da prostituição, da vagabundagem, da malandragem e da desordem, seus moradores acabam sendo classificados na categoria de não sujeitos e não cidadãos. (FARAGE E VALENTIM, 2010, p.28)

Assim, ao analisar a reportagem “Educar em meio à guerra”³⁰, de Fabíola Ortiz da Revista Educação, podemos compreender o quanto as escolas situadas em periferias têm sofrido com a questão violência. Conforme a reportagem, a violência, a insegurança constante, estresse e precariedade são aspectos que fazem parte da realidade de 13 mil alunos e mais de 400 educadores das escolas públicas do Complexo de favelas da Maré, na zona norte do Rio de Janeiro. O compromisso de educar crianças e adolescentes que vivem em comunidades de baixa renda sem abrir mão da qualidade do ensino torna o trabalho do professor mais desafiador.

“Como motivar o aluno que chega ao 5º ano sem saber ler e que vai à aula drogado ou que passa a noite dormindo debaixo da mesa por causa do tiroteio? A nossa realidade é bem diferente do que em outras escolas, a gente precisa de segurança

³⁰ Revista educação realizou a reportagem Educar em meio à guerra, na qual educadores do complexo da Maré, no Rio de Janeiro, se reuniram para construir um projeto que ajude o aluno a valorizar o conhecimento, mesmo com os problemas entorno da escola. Disponível em: <http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/153/artigo234702-1.asp>. Acesso em: 17 abr.2014

para que o aluno chegue disposto a estudar”. (Fala de uma docente que não quis se identificar)

Situações como essas nos fazem perceber que para enfrentar os conflitos sociais que imperam dentro das escolas públicas de comunidades, é preciso que haja uma ação interventiva de um projeto educacional juntamente com outras políticas sociais. Pois, se um aluno tem tido problemas de rendimento escolar, primeiro é preciso investigar o que leva a essa situação: é algum conflito familiar, condições precárias de vida, violência, drogas? E, somente com a investigação é que se poderá identificar a melhor forma de intervenção e dependendo do caso será necessário acionar outros recursos públicos para que ajudem a obter uma resposta mais condizente.

“O grande desafio de repensar a educação na Maré é repensar todos os outros segmentos que atuam dentro da comunidade, repensar o espaço da favela na cidade. Não podemos desvincular a educação das outras relações sociais, não dá para pensar a escola na Maré isolada das outras políticas de saúde e segurança” (Explica Eblin Farage³¹)

Professores frisam na reportagem que durante confrontos armados a escola suspende as aulas com objetivo de preservar a equipe escolar e o aluno. Já houve casos de escolas na Maré permanecerem fechadas por muitos dias devido a operação policial na região. Estamos certos de que a violência dentro das comunidades é real, contudo esse não é o único argumento que justifica o baixo desempenho do aluno. Ela pode ser um dos motivos que colaboram para o baixo rendimento, para elevação do índice de evasão escolar, mas, é evidente que existem outros fatores determinantes que ajudam a potencializá-lo.

O pesquisador Luiz Cesar Ribeiro do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), diz que não é apenas a família que constitui as pré-condições para que a escola funcione bem, mas também o ambiente social em que a criança vive. Logo, ele expõe o quanto será difícil constituir essas pré-condições num ambiente de instabilidade. O mesmo ainda ressalta que ao analisar os dados da pesquisa do Observatório das Metrópoles, as escolas públicas da periferia do Rio de Janeiro têm índices piores do que as escolas públicas das áreas centrais, mas isso não significa que não haja escolas boas na periferia.

³¹ Esta é uma fala da Eblin Farage na reportagem Educar em Meio a Guerra. Eblin Joseph Farage Assistente Social, mestre em Serviço Social pela UFRJ, doutora em Serviço Social pela UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), professora do Curso de Serviço Social da UFF (Universidade Federal Fluminense) e foi coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares da Redes de Desenvolvimento da Maré.

Conforme Farage (2006), o Censo Maré 2000, realizado pelo Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM), revela que 6% das crianças e adolescentes da Maré³², entre 07 e 14 anos de idade, não estavam incluídas nas redes de ensino. E segundo a autora este fato não pode ser justificado pela falta de vagas nas unidades escolares, mas talvez pela má estratégia da escola em receber e manter a permanência do aluno. Comparando com o Estado do Rio de Janeiro, segundo o Censo IBGE 2000, 4,4% das crianças na faixa de 07 anos estão fora da escola; entre estas a maioria em algum momento já frequentaram o ambiente escolar.

“Investigando de maneira mais profunda o perfil dessas crianças, através de uma pesquisa realizada pelo Observatório Social da Maré, observou-se existirem fatores decorrentes da condição de vulnerabilidade social das famílias em questão - desemprego dos pais, ingresso precoce de crianças no trabalho, conflitos familiares e determinadas doenças que afetam um ou mais membros da mesma família. As variáveis explicam tanto a limitação das possibilidades de ingresso como a permanência das crianças na escola.” (CEASM, 2003 apud FARAGE, 2006, p. 60)

Já está claro que o espaço escolar tem sido afetado por diferentes contradições e manifestações da questão social, as quais rebatem diretamente no processo pedagógico, na relação ensino-aprendizagem e nas condições de acesso e permanência de crianças e adolescentes nas escolas. Precisamos entender que para um aluno ter um bom rendimento não depende somente de material didático da melhor qualidade, de professores mais qualificados ou de uma escola com boa estrutura física (apesar de que isso não é real na escola pública brasileira) é necessário questões que antecedem isso: o aluno precisa de uma boa alimentação, bom convívio familiar, boas condições de saúde, dentre outros fatores que na maioria das vezes tem sido ausentes no cotidiano de muitas crianças do nosso país.

Atualmente um dos maiores problemas encontrados dentro das escolas é o elevado índice de evasão escolar. Mas como combater essa questão? É preciso identificar o que está por trás dessa evasão escolar, o que acontece na vida de nossos alunos que os distanciam da escola. É sabido que independente da condição social dos sujeitos que a integram a escola, os professores, os pais e o Estado de modo geral, precisam discutir também sobre como trabalhar pedagógica e didaticamente os conteúdos na sociedade contemporânea, a qual está envolta em

³² Embora não seja meu objeto de trabalho vale destacar alguns pontos da região: O complexo da Maré ou Maré se constituiu bairro desde 1994, composta por dezesseis favelas que se distribuem pela Avenida Brasil, via de circulação que une o Centro da cidade e as áreas periféricas da Zona Oeste. Apesar de ser marcado pela violência urbana, pois se trata de um bairro dominado por diferentes facções criminosas, a Maré é provavelmente o espaço favelado mais bem dotado de serviços e equipamentos urbanos da cidade, ao lado da favela da Rocinha. Sua principal carência nesse campo ocorre em relação à oferta de escolas de Ensino Médio e de equipamentos culturais. Embora encontre equipamentos e serviços no bairro, ainda é insuficiente para atender as demandas da população local. O bairro Maré é um exemplo de território na qual se expressa diversas manifestações da questão social, é onde percebemos nitidamente o quanto os conflitos sociais existentes na região prejudica o cotidiano escolar das crianças e adolescentes locais, assim, como também afeta os moradores em todas as áreas de sua vida. (REDES MARÉ.SILVA, Eliana,2010,p.17-27)

tecnologia e recursos inovadores que muitas vezes não chegaram ao ambiente escolar ou não se sabe como utilizá-los como componente educativo.

Detemos-nos mais aos aspectos sociais, pois é onde o assistente social por sua formação pode contribuir. Questões como estas não cabem somente ao professor resolver, por isso, defendemos o argumento de que é fundamental a presença de assistentes sociais dentro das escolas, pois estes são profissionais capacitados que poderão contribuir junto dos professores e psicólogos na intervenção desses conflitos que afligem os alunos em seu cotidiano escolar.

É muito comum nos anos 2000 nos depararmos com crianças e adolescentes e suas famílias vivenciando situações como: Situação de miséria de algumas famílias; Separação de cônjuges; violência doméstica; alcoolismo; prostituição infantil; mendicância infantil; desemprego; falta de infra-estrutura habitacional básica; Problemas de saúde; envolvimento com o tráfico de drogas e dependência química.

Para isso, havendo interesse político pedagógico, a escola precisa se preparar para atender seus alunos em conflitos sociais, para que estes não se tornem imediatamente fatores para o abandono escolar, e que pode gerar outras consequências. O papel da escola está para além de preparar para uma prova, mas contribuir com uma formação para a vida, para a cidadania. Portanto, o que for identificado dentro de sala de aula é de suma importância que haja uma intervenção por parte de outros profissionais lotados na instituição a fim de garantir a educação quanto direito social, promovendo o acesso, a permanência e o aproveitamento escolar do aluno.

Em algumas escolas já existem programas com o objetivo de amenizar as consequências que estes conflitos geram no desempenho escolar do aluno, mas isso é localizado. Nacionalmente o programa Bolsa Família é um exemplo de ação que veio apoiar as famílias economicamente e ao mesmo tempo, incidir no índice de crianças fora da escola. Conforme mencionado no capítulo anterior o Bolsa Família está condicionado à frequência escolar do aluno, e esta foi uma das estratégias do governo federal para redução da evasão escolar.

Diversos assistentes sociais em seu trabalho se relacionam com beneficiários de programas sociais, porém, de modo geral, isso não se dá na instituição escolar. Em outra perspectiva, poderia ocorrer. Há na realidade das escolas e nos territórios em que se inserem elementos que demandariam intervenção deste profissional.

A participação do Serviço Social na área escolar consiste, ou pode consistir, em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que mais afligem o campo educacional e

juntamente com uma equipe multiprofissional (professores, assistentes sociais, psicólogos...) buscar ações que possam fazer frente a estas questões, além de contribuir para reflexão e elaboração de práticas democráticas apoiando tecnicamente a população usuária de seu serviço para que esta exija dos responsáveis a garantia de seus direitos.

Quanto às atribuições do assistente social e como este profissional pode somar dentro das escolas públicas do Rio de Janeiro, detalharemos nos itens a seguir deste capítulo.

3.2 Discutindo a contribuição profissional do assistente social na educação

O assistente social é um profissional que tem uma ação estratégica na sociedade em que estamos inseridos; sua intervenção está envolta por questões econômicas, políticas e interesses antagônicos socialmente situados, assim o é desde seu surgimento enquanto profissão. Uma sociedade capitalista permeada por muitas contradições, sendo a fundamental a exploração do trabalho de uma classe em detrimento da outra, a qual se mantém em cena através da venda de sua força de trabalho, que é explorada, se sujeitando a precárias condições de vida e trabalho para sua subsistência, ou, por não ter em seu horizonte outras possibilidades de vida. Todavia essa situação desigual gera um conjunto de outras questões, mas que estão escamoteadas, não sendo um dado factível na vida cotidiana dos trabalhadores. Essa situação envolve questões complexas como a relação com o Estado, com a ideologia, entre outros. A escola, assim como a universidade, é uma instituição que integra o conjunto de organizações do Estado, e desde logo é permeada por estas contradições, além de seu papel histórico de difusão do conhecimento acumulado socialmente, o qual também não possui uma direção única.

Vamos procurar trazer elementos para pensar a intervenção do assistente social em uma instituição assim. Que apesar de não ser proveniente da sociedade burguesa, possuirá em seu interior características diferentes das que tinha em sociedades precedentes, onde a educação formal era um privilégio restrito a poucos indivíduos; fundamentalmente homens nobres.

Dissertaremos aqui um breve histórico da inserção do assistente social na educação no Brasil, o seu papel no campo educacional e como este profissional poderá somar tecnicamente na instituição em que estiver lotado. Para isso é preciso compreender as competências e atribuições deste profissional, tomando como base a lei 8662/93 que regulamenta a profissão e o Código de Ética de 1993 que orienta sua ação profissional.

A presença de assistentes sociais na educação ocorre desde a década de 1930, na origem do processo sócio-histórico constitutivo da profissão. Entretanto, somente a partir da

década de 1990 com o amadurecimento do projeto ético-político do Serviço Social que se observa um crescimento do debate em torno da atividade deste profissional na área educacional.

Com a efervescência da discussão do Serviço Social na educação observa-se a ampliação paulatina deste campo de atuação, ainda que de forma localizada; notou-se que em muitos estados e municípios brasileiros a intervenção dos assistentes sociais na área educacional foi incorporada, é o caso do Rio de Janeiro. Destacou-se também na pauta das organizações da categoria profissional, principalmente, no conjunto CFESS-CRESS (Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social), dando origem às Comissões Temáticas de Educação nos CRESS e às discussões, debates e proposições nos encontros nacionais do Conselho Federal.

A partir de alguns encontros nacionais realizados pelo CFESS com a categoria a fim de discutir esse processo de inserção e consolidação do Serviço Social na educação foram aprovadas algumas deliberações, que contribuíram para o avanço da discussão em questão. Dentre os principais pontos dos encontros destacamos:

- O 30º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS 2001, que pela primeira vez a categoria realizou proposições de âmbito nacional. Formou-se neste mesmo período o “Grupo de Estudos sobre o Serviço Social na Educação” que posteriormente gerou um texto intitulado “Serviço Social na Educação”. Neste documento discutiu-se a função social da escola, a educação como direito social, a contribuição do Serviço Social para a garantia do direito à educação e a escola como campo de atuação do assistente social. Sendo também nesse momento incorporado o parecer jurídico número 23/2000³³ sobre a implantação do Serviço Social na rede pública de ensino fundamental e médio.
- No 31º e 32º encontros realizados em 2002 em Brasília e 2003 em Salvador foi tratado a necessidade do mapeamento da discussão sobre a inserção do assistente social na educação a nível nacional e acompanhamento dos projetos de lei e das legislações já existentes a respeito do Serviço Social na educação.
- Já no 33º e 34º encontro ocorreu a indicação da construção de parâmetros nacionais de educação a partir de materiais já existentes nas diferentes regiões. Em 2004 o

³³ O Parecer Jurídico foi realizado em 22 de Outubro do ano 2000, da Dra. Sylvia Terra, assessora jurídica do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), sobre a implantação do Serviço Social nas Escolas da rede pública de Ensino Fundamental e Médio. O parecer aponta o direito à educação, assim como o acesso e a permanência dos alunos nas escolas, a importância do assistente social no âmbito escolar devido as atribuições que cabem a este profissional especificado nos artigos 4º e 5º da lei 8662/93, além da discussão sobre os possíveis projetos de lei para implementação do Serviço Social nas escolas e a regulamentação da mesma nas instâncias municipais e estaduais.

CFESS solicitou ao professor Ney Luiz Teixeira de Almeida a elaboração de um documento denominado: Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do assistente social na educação. Esse documento está disponível aos assistentes sociais para consulta.

- E o 35º encontro foi marcado pela aprovação da construção de um Grupo de Trabalho (GT), composto por um representante de cada região do país e mais quatro representantes do CFESS. Como o GT não conseguiu se reunir, no 36º encontro manteve-se a mesma deliberação, porém com a formação de novos membros no GT devido a mudança de gestão no CFESS-CRESS.

Os encontros realizados pelo conjunto CFESS-CRESS não se esgotam por aqui, pois em eventos posteriores aos citados ocorreram novas discussões pelo GT como, por exemplo, os projetos de lei que tramitavam no âmbito dos poderes legislativos municipais, estaduais e nacional acerca da inserção do assistente social na educação³⁴.

Quanto ao Parecer Jurídico 23/00 de 22 de Outubro de 2000, do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), diz caber ao assistente social atuante na área escolar desenvolver as atividades técnicas profissionais, dentre outras as seguintes funções:

- Pesquisa de natureza sócio-econômica e familiar para caracterização da população escolar;
- Elaboração e execução de programas de orientação sócio-familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício a cidadania;
- Participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência; o uso de drogas e o alcoolismo, bem como que visem prestar esclarecimentos e informações sobre doenças infecto-contagiosas e demais questões de saúde pública;
- Articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades;
- Realização de visitas sociais com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio-familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente;
- Elaboração desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existam classes especiais;
- Empreender e executar as demais atividades pertinentes ao Serviço Social, previstas pelos artigos 4º e 5º da Lei 8662/93, não especificadas acima. (CFESS, 2011, p. 29-30)

Essas atividades se dão em conformidade com o que está previsto entre as competências e as atribuições do assistente social afirmadas nos artigos 4º e 5º da lei 8662/1993, seja realizada na educação ou qualquer outro espaço sócio-ocupacional, são orientadas pelos princípios, direitos e deveres inscritos no Código de Ética Profissional de 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/1993), como também nas Diretrizes

³⁴ Acerca dos projetos de lei que trata a inserção do assistente social na educação falaremos mais adiante.

Curriculares da ABEPSS (1996). Logo, esses princípios, direitos e deveres devem ser respeitados tanto pelos profissionais quanto pelas instituições empregadoras. Portanto, é importante ressaltar que competências “*expressam a capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, mas a ela concernentes em função da capacitação dos sujeitos profissionais*” e atribuições se referem “*às funções privativas do/a assistente social, isto é, suas prerrogativas exclusivas*” (IAMAMOTO, 2002, pág. 16).

A seguir destacaremos dentre as competências e atribuições previstas na Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/1993) aquelas que podem ser efetivadas pelo assistente social no espaço escolar. No artigo 4º estão as competências:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

[...]

V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;

VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;

VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

[...]

IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

[...]

XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

No artigo 5º da mesma lei constam as atribuições privativas do Assistente Social:

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;

[...]

IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

[...]

VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

[...]

As atribuições privativas referem-se a algo específico à profissão. Conforme mencionadas acima, demonstram que o assistente social pode colaborar no dia a dia da instituição escolar, visto ser atribuição deste profissional coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar programas e projetos sociais que hoje são muito presentes dentro das escolas, como exemplo, o programa Bolsa Família ou o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e o PróJovem. Contudo, pode ir muito além disso, tem sido essa a pauta do Conselho Federal/CFESS.

Santos (2006) expõe que a educação não é um novo espaço de trabalho para o assistente social, trata-se apenas de uma área restrita, mas que aos poucos tem despertado interesse da categoria profissional. Por meio de algumas experiências³⁵ vêm sinalizando a importância e a possibilidade do Serviço Social contribuir no planejamento e execução da política educacional, bem como no acompanhamento direto a alunos e famílias, por meio da inserção em equipes multidisciplinares.

Quanto a ser uma área de inserção restrita entende-se que os poucos assistentes sociais que estão lotados nas escolas não são funcionários dessa instituição, mas provenientes de outros serviços. Em inúmeros casos são funcionários da prefeitura cedidos para implementar um determinado programa ou projeto ou até mesmo atender a uma “emergência” se tornando um assistente social “bombeiro” , ou seja, é chamado quando a instituição apresenta determinados problemas. Assim, além deste profissional não conseguir realizar um planejamento e acompanhamento da situação a qual foi chamado para auxiliar, por não estar sempre presente no dia a dia da instituição, ele acaba perdendo também a autonomia no seu exercício profissional, pois fica submetido a diretoria da escola que muitas vezes desconhece as atribuições e o direcionamento social da ação desse profissional, não está informado sobre as competências do assistente social.

Não obstante, essa realidade vem mudando, pois a categoria profissional de Serviço Social vem lutando em prol da aprovação de uma lei que regulamente a inserção do assistente social nas escolas e assim este terá mais autonomia no seu agir passando a ser um profissional que compõe o quadro de funcionários da instituição e com isso definindo mais precisamente seu objetivo profissional neste espaço³⁶.

³⁵Essas experiências obtidas através de encontros, produção de artigos, monografias e debates acerca do serviço social nas educação apresentados nas edições do CBAS colaborou para intensificação de espaços e demandas em torno da inserção do assistente social no campo educacional.

³⁶ Neste texto estamos dando ênfase ao trabalho no serviço público já que é o Estado o empregador predominante de assistentes sociais. Todavia queremos mencionar que há também profissionais em instituições escolares privadas. Que até onde se tem informação, atuam, sobretudo, na concessão de “bolsas” que substituem total ou parcialmente a mensalidade escolar quando se trata de instituição com reconhecida atividade filantrópica.

As escolas dos anos 2000 têm enfrentado diversos conflitos sociais que se expressam dentro e fora do ambiente escolar, sinalizando que a desigualdade social é latente e se manifesta não somente nas condições materiais de vida do indivíduo, mas também na distribuição de oportunidades educacionais, no acesso a bens culturais, etc. O aluno cuja família possui poder aquisitivo frequenta escolas privadas com melhor qualidade de ensino e infraestrutura, com turmas menores em que os professores podem dar mais atenção ao estudante; enquanto que os pobres frequentam a escola pública, a qual geralmente possui estrutura física precária, ou insuficiente, por vezes servida de materiais defasados, turmas lotadas, entre outros elementos que comprometem a qualidade do ensino desenvolvido. Somam-se a isso inúmeras situações que prejudicam seu desenvolver cotidiano e que interferem desempenho dos estudantes; como as diversas condições sociais por nós destacadas no item anterior desse trabalho.

Alunos e alunas envolvidos com a comercialização local de drogas ilícitas a varejo, assim como o seu consumo; famílias pobres que utilizam a escola como principal meio de garantir algumas refeições diárias aos seus filhos e/ou o repasse de benefícios financeiros de programas de transferência de renda condicionados a frequência escolar; a violência e suas variadas expressões que ocorrem intramuros escolares (praticadas e sofridas de forma diversas por todos os segmentos que compõem a escola) e a violência extramuros que invade e limita o trabalho na escola precisam ser analisadas sob um prisma que garanta a articulação desses fenômenos sociais com o contexto no qual se insere a temática da educação e, destarte, interpretados como elementos condicionantes das relações que se estabelecem no interior dos processos educacionais, e não como algo externo e estranho ao campo da educação nos dias de hoje, além de comumente ausentes das discussões e reflexões travadas dentro e fora das salas de aula.(MOREIRA, 2012, p.154-155)

O autor citado explicita situações que acontecem em pleno século XXI com muitos alunos oriundos de famílias pobres, logo é importante destacar o papel da escola diante de problemas como esses que foram mencionados. Por ser uma instituição com grande participação e influencia na formação de cidadãos, compreendemos que a escola não pode deixar que esses conflitos sociais passem despercebidos e que seria fundamental sua intervenção visto que tais conflitos se expressam cotidianamente de forma direta e indireta nas salas de aulas dificultando a relação ensino aprendizado e relação professor aluno. (MOREIRA, 2012)

A escola e seus profissionais precisam estar preparados para lidar com os problemas sociais, já sinalizados neste trabalho, que afetam nossa sociedade. Mas sabemos que além da insuficiência de meios e recursos os professores também não gozam de reconhecimento salarial adequado. Anualmente acompanhamos as demandas dessa categoria por reajuste precisando recorrer a greves, que são tratadas com pouca negociação pelos governos, se

tornando demasiadamente longas e ainda com poucas conquistas³⁷. Deste modo percebe-se o quão distante está o Brasil de enfrentar de maneira séria o déficit educacional, especialmente no aspecto da qualidade da educação.

Defendemos a importância do assistente social dentro das escolas públicas de educação básica, pois se trata de um profissional qualificado, cujo objeto de intervenção são as expressões multifacetadas da questão social, e com isso poderá contribuir junto de uma equipe de multiprofissionais, buscando conhecer a realidade dos alunos e famílias, para chegar à melhor forma de intervenção a fim de amenizar os conflitos vivenciados pelos alunos dentro e fora da escola para que este não mais tenha seu desempenho escolar comprometido. Mas, reconhecemos e lamentamos que a conjuntura não esteja favorável à ampliação e melhoria de serviços públicos.

Na expectativa de que esse espaço possa se ampliar no futuro para que o trabalho do assistente social na educação tenha êxito é de extrema importância que os profissionais inseridos na área educacional compreendam seu próprio papel e entendam que estes estão ali inseridos para colaborar com os demais profissionais na busca da efetividade de um ensino de qualidade, enfrentando os conflitos sociais que ocorrem dentro de sala de aula para que não mais gerem impactos no rendimento escolar dos alunos.

Assim, o assistente social poderá contribuir para a garantia da educação enquanto direito social destacado na Constituição Federal em 1988, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), utilizando de ações que promovam o acesso, a permanência e o aproveitamento dos alunos da rede pública de ensino da educação básica, colaborando na construção de escola pública de qualidade, visando a preparação para o exercício pleno da cidadania, atuando em diversos aspectos sociais presente que influem no ensino-aprendizagem.

Com base nisso mencionamos um dos princípios fundamentais do Código de Ética do Assistente Social (1993) é: “III. *Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;*”. Ao nos depararmos com escolas públicas com falta de estrutura, falta de material didático, professores pouco qualificados e remunerados entre outros fatores,

³⁷ Temos como exemplo a greve de mais de 40 dias dos professores da rede pública de ensino do Paraná ocorrida neste ano, onde as ruas da cidade se tornaram palco de violência e abuso entre policiais e professores. Uma das pautas principais da greve era o reajuste salarial. No Rio de Janeiro, no ano de 2013 os professores da rede pública estadual e municipal realizaram uma greve, também marcada por confrontos, que durou 2 meses. No ano de 2014, por o governo não cumprir os acordos afirmados na greve anterior, a categoria resolveu paralisar novamente por tempo indeterminado. Em São Paulo não foi muito diferente dos demais Estados, pois neste ano os professores da rede pública estadual permanecerem de greve 92 dias, considerada a maior greve do Estado de São Paulo. Infelizmente, os professores foram levados a desistir da paralisação mesmo não tendo alcançado seus objetivos, o reajuste salarial.

percebemos que os direitos das crianças e adolescentes estão sendo violados. Logo, caberia ao profissional de Serviço Social atuar junto às famílias, às comunidades e subsidiar uma discussão em torno desses direitos, na sua reivindicação. Isso se inclui naquilo que Moreira (2012) denominou apoiar ações e práticas democráticas na escola.

O assistente social poderá trabalhar não somente com questão social que aflige o desempenho escolar dos alunos, mas também realizar palestras e discussões sobre cidadania, sexualidade, questão de gênero, questão racial a fim de chamar atenção dos alunos e suas famílias para estes temas, alguns tratados de forma “tabu” fora e dentro da escola. Com o conjunto de profissionais essas ações visariam dirimir pensamentos retrógrado fundados em preconceitos ou dogmas, que se propaga entre os jovens. É verdade que esta não será uma tarefa fácil, nem exclusiva da escola, porém, com uma equipe técnica qualificada e com bons recursos poderiam ser questionados junto às crianças e à juventude.

Uma polêmica recente na educação do país, é a votação nas câmaras municipais de todo o Brasil sobre a ideologia de gênero como parte do planejamento educacional das cidades durante os próximos dez anos. A ideologia de gênero seria a negação de que existem sexos no nascimento, afirmam que a sexualidade é uma construção social, onde a pessoa escolhe o que deseja ser. Outra questão foi o projeto Escola sem Homofobia que por meio de um convênio firmado com o FNDE, elaborou um material que seria distribuído às instituições de todo país. Por pressão dos setores conservadores da sociedade e do Congresso Nacional foi iniciado uma campanha contra o projeto, que sofreu acusações que dizia ser o “Kit gay”³⁸ – pejorativamente conhecido – responsável por “estimular o homossexualismo e a promiscuidade”. Diante dessa polêmica, é importante compreender que a presença de profissionais qualificados dentro das escolas é fundamental para orientar e esclarecer sobre qualquer tipo de dúvida para que ações não sejam realizadas baseadas num senso comum.

Com base nisso podemos destacar outro princípio fundamental do Código de Ética de 1993, que recomenda ao assistente social: “VI. *Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;*”. Portanto, o profissional deve contribuir para eliminação de toda e qualquer forma de preconceito defendendo o respeito à diversidade das características e manifestações humanas.

³⁸ Nome pejorativo dado ao material que seria distribuído nas escolas com a finalidade de educar a criança e o adolescente a respeito da questão de gênero e sexualidade, visando disseminar qualquer tipo de preconceito e garantir o respeito à diversidade nas escolas. O kit possuía materiais como boletins informativos, vídeos, dentre outros.

É preciso compreender que a política de educação tem suas deficiências que refletem principalmente nas escolas públicas do país. Logo, não podemos aceitar que permaneça nas escolas essa ideia de culpabilizar os alunos e suas famílias³⁹ pelo fracasso escolar do aluno – somente pelo argumento que este é de família pobre considerada perante a sociedade “desequilibrada”, ausente, incapaz e desinteressada – transferindo toda a responsabilidade do largo insucesso para a família. É dever do Estado proporcionar aos cidadãos educação de qualidade e isso demanda uma série de outras questões, fundamentalmente decorrentes de investimento financeiro, algo cada vez mais caro mediante uma política de governo neoliberal.

Diante do exposto até aqui não será nada fácil a ampliação deste espaço de ocupação e quando se concretiza não será de um modo idealizado, mas ao contrário, permeado por questões próprias a sociedade capitalista.

Ao assistente social – assim como a qualquer outro trabalhador assalariado – não resta alternativa a não ser trabalhar nesta e com esta realidade que se apresenta hoje, buscando nas lacunas do sistema e utilizando-se de sua relativa autonomia e criatividade profissional as formas possíveis de se intervir a favor dos interesses das classes subalternas. (MOREIRA, 2012, p. 158)

Nos espaços em que essa intervenção já ocorre o cenário é de escolas públicas de educação básica, contando com grande presença de alunos com precárias condições de vida. A fim de fazer frente às tensões sociais existentes, estes profissionais têm trabalhado temas como baixa frequência escolar, evasão escolar, violência, precarização das condições socioeconômicas e culturais das famílias, direitos sociais, construção de um projeto político pedagógico voltado para ampliação e garantia de direitos e acompanhamento dos programas de transferência de renda. Logo veremos um programa do Rio de Janeiro desenvolvido por assistentes sociais em escolas.

No campo das políticas sociais, Moreira expõe três tendências a partir dos anos 1980 que trazem evidências a profissão de Serviço Social nos dias atuais:

- 1) o enfrentamento da pobreza a partir de políticas públicas que estabelecem condicionalidades em relação à educação escolarizada;

³⁹ Embora a família tenha um papel primordial na vida do aluno é preciso entender que ela sozinha não pode ser responsabilizada pelo insucesso do desempenho escolar de seus filhos. Na sociedade na qual vivemos tem sido normal e frequente o número de famílias pobres na qual os pais precisam trabalhar em tempo integral a fim de garantir o sustento familiar. Famílias onde os pais também não tiveram uma oportunidade melhor de estudo e logo se sujeitam a empregos com salários baixíssimos ou até mesmo se entregam ao mercado informal. A criança e o adolescente dessa família mal têm a presença dos pais no seu dia a dia e muito menos no acompanhamento em suas atividades escolares. A ausência dos pais na vida escolar dos filhos não é algo proposital, infelizmente, tem sido a realidade de muitas famílias nesse país. Portanto, o Estado é um dos principais responsáveis por situações como essa ocorrerem todos os dias. Enquanto houver desigualdade social, desemprego, exploração da força de trabalho, trabalho infantil, dentre outros problemas, haverá muitas famílias pobres sendo prejudicadas.

- 2) a interface de diferentes políticas setoriais, em especial aquelas dirigidas aos segmentos sociais em situação de vulnerabilidade social, tornando o acesso à educação escolarizada um marco na afirmação dos direitos sociais de crianças e jovens; e
- 3) O alargamento da compreensão da educação como direito humano, adensando as práticas sociais organizadas em torno de diversos e abrangentes processos de formação humana, criando uma arena de disputas ideológicas fortemente mobilizadoras dos paradigmas educacionais em disputa no âmbito do Estado e da sociedade civil como os de empreendedorismo e empregabilidade. (ALMEIDA, 2007 *apud* MOREIRA, 2012, p. 162-163)

Essas três tendências destacadas por Moreira nos evidencia o quanto o assistente social é um profissional com muitas requisições nos dias atuais. Diante dos problemas que acabam por aflorar dentro das escolas públicas tem se discutido a inserção de assistentes sociais e psicólogos nestas instituições com objetivo de intervir nos conflitos existentes por meio de uma ação interdisciplinar visando a permanência do aluno na escola e a garantia de um ensino de qualidade.

A categoria profissional de Serviço Social, juntamente com estudantes e o CFESS-CRESS tem lutado em prol da aprovação do projeto de Lei 3688/2000 (PL 3688/2000) que defende a inserção do assistente social e psicólogo na rede de educação básica em todo Brasil. Em julho de 2013 este PL foi aprovado pela Comissão da Câmara dos Deputados, e posteriormente, em julho de 2015 foi aprovada na Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC). Sendo agora o próximo passo o Plenário da Câmara para ser votado e, caso aprovado, seguir para sanção presidencial. A luta continua, mas para obter êxito é de extrema importância que a categoria profissional juntamente com estudantes se mobilizem pressionando os parlamentares a aprovar o referido projeto de lei, que se encontra tramitando no Congresso desde o ano 2000.

Perante o exposto, nota-se o quanto o Serviço Social poderá somar na educação, pois em sua ação profissional dentro das escolas, o assistente social além de contribuir com a realização de diagnósticos sociais, relatórios e pareceres indicando possíveis alternativas questões específicas que afetam a crianças e adolescentes, como abuso sexual, por exemplo, ainda poderá abordar temas coletivos, ter uma dimensão educativa em ação, informativa, preventiva. Além de poder encaminhar alunos e suas famílias a serviços sociais e assistenciais, ou dependendo da situação da criança e adolescente direcionar para instituições ou órgãos competentes como Conselho Tutelar, e outros, a fim de prezar pela efetivação do direito à proteção integral destes sujeitos.

Sendo assim, vale ressaltar que o assistente social não se insere no campo educacional para substituir outro profissional, mas sim para junto dos profissionais de educação exercer

um trabalho interdisciplinar com objetivo de superar as demandas emergentes, e as já tradicionais, que se expressam no contexto educacional por distintas maneiras.

3.3 Apontamentos sobre o PROINAPE (Programa Interdisciplinar de Apoio às Escolas) no município do Rio de Janeiro e a inserção dos assistentes sociais

No ano de 2007, na gestão do prefeito César Maia, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro criou o projeto Rede de Proteção ao Educando (RPE). Este projeto foi criado pela resolução nº 74 de 10 de novembro de 2006, através das Secretarias Municipais de Assistência Social e Educação, visando um trabalho interdisciplinar entre assistentes sociais e psicólogos, lotados naquele momento em secretarias diferentes (O assistente social ligado a Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS e o Psicólogo na Secretaria Municipal de Educação- SME). *O principal objetivo da RPE, para o Serviço Social, é trabalhar junto às escolas questões como infrequência e evasão escolar, com foco nos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família.* (CUNHA, 2013, p. 137)

A rede de proteção ao educando foi criada para contribuir, através de articulações intersetoriais e ações interdisciplinares (assistentes sociais, psicólogos e professores) no enfrentamento de problemas sociais que comprometam o acesso e a permanência do aluno na escola como: baixa frequência, evasão escolar, dificuldades de aprendizado, diferentes formas de violência, gravidez na adolescência, trabalho infantil, drogas dentre outras situações. A proposta é que assistentes sociais e psicólogos se unam aos profissionais de educação para juntos elaborarem novas abordagens para tratar tais questões, que são muito presentes no cotidiano escolar.

De acordo com Cunha (2013) desde 2009 através da luta constante das equipes da RPE e com as mudanças na gestão municipal, o trabalho do assistente social se aproximou mais da concepção teórica e prática defendida pelas equipes. Estes desejavam atender as demandas que eles próprios identificavam nas escolas, e não somente resolver aquilo que era posto pelas CRE's. Visavam conhecer a raiz de todo problema e construir um processo de discussão e reflexão com a instituição escolar sobre as consequências da questão social que se expressavam cotidianamente dentro das salas de aulas.

Os profissionais da RPE continuaram na luta política em busca de mudanças no projeto e junto deles os assistentes sociais que almejavam fazer parte do quadro da Secretaria de Educação. Esse objetivo dos assistentes sociais em compor o quadro da secretaria partiu da necessidade de dar mais legitimidade ao trabalho e ter mais autonomia na sua intervenção profissional. Após isso, em 2010, por determinação do novo prefeito da cidade, Eduardo

Paes, a Secretaria Municipal de Educação passou a ser responsável pelos assistentes sociais que foram lotados na mesma.

Assim, foi criado o PROINAPE⁴⁰ (Programa Interdisciplinar de Apoio às Escolas) que passou a ser executado em janeiro de 2010, e diferente da RPE, se constituiu um programa cujas atividades são desenvolvidas em escolas definidas pela Coordenadoria Regional de Educação (CRE).

Com isso o trabalho desenvolvido pelas equipes passou a ser orientado pela gestora da SME que elaborou um documento chamado “Norteadores para elaboração do plano de ação 2010” (SME-RJ, 2010)⁴¹. Neste documento constam os seguintes pontos principais para atuação da equipe: Alunos em situação de vulnerabilidade social com baixo índice de desempenho escolar; Escolas atendidas no ano anterior, cuja análise da CRE sinalize a necessidade da continuidade do trabalho⁴²; Escolas selecionadas pela CRE; Escolas de Educação Infantil; Fortalecimento da estrutura do trabalho transestorial com interlocução com o Programa Saúde na Escola – PSE.⁴³

O documento ainda expõe que o foco do trabalho está centrado no desempenho escolar na quais três pontos principais foram destacados para atuação da equipe interdisciplinar: Infrequência e evasão; Participação da família e alunos na escola; Trabalho com a gestão, coordenação pedagógica e professores.

Segundo Cunha (2013) a implantação deste documento não foi aceita de forma pacífica nas diversas CRE's. Foi questionado por parte das equipes o conteúdo, o foco de atuação e os eixos de trabalho, visto que o documento não considerava as experiências acumuladas e a autonomia dos profissionais. Após debate das equipes o documento sofreu algumas alterações permanecendo vigente até o ano de 2011. Sua implementação ficou a mercê da articulação da equipe PROINAPE com suas respectivas CRE's, que apesar de haver muitos embates teóricos e metodológicos acerca do trabalho, as equipes conseguiram superar a visão restrita de atendimento às escolas que o documento proporcionava.

Através do decreto nº 32.505, de 13 de julho de 2010, o prefeito altera a estrutura do SME criando o Núcleo Interdisciplinar de Apoio às Unidades Escolares (NIAP), que de acordo com a resolução SME nº 1089, de 22 de Julho de 2010 tem como objetivo:

⁴⁰ O PROINAPE foi instituído na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, pela Coordenadora de Educação Maria de Nazareth Machado de Vasconcelos, através da Portaria E/SUBE/CED nº 4, de 10 de dezembro de 2009.

⁴¹ Desde a RPE, as equipes se reúnem anualmente nos meses de Janeiro e Fevereiro para a construção do plano de ação que norteará o trabalho dos profissionais daquela CRE.

⁴² Não foi encontrado quais os critérios utilizados pela CRE para selecionar quais escolas deverão ou não ter a continuidade do programa.

⁴³ Secretaria Municipal de Educação (SME); Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SMSDC) e Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS).

Art. 1.º O Núcleo Interdisciplinar de Apoio às Unidades Escolares – NIAP, criado na Coordenadoria de Educação da Subsecretaria de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, tem como missão o apoio às escolas da Rede Pública Municipal, por meio de ações interdisciplinares, na condução e recondução dos planos educacionais com vista à manutenção e melhoria das relações de ensino/aprendizagem. (RIO DE JANEIRO/SME nº1089, 2010)

Quanto às competências estabelecidas por esta resolução para o NIAP, podemos destacar: definição de diretrizes para as ações das equipes interdisciplinares nas diferentes regiões da cidade, coordenação e acompanhamento dessas ações na CREs, estabelecimento de metas e indicadores visando a normatização, monitoramento e avaliação do trabalho desenvolvido e alocação dos profissionais nas coordenadorias e definição das atribuições deles em ato específico. Sendo estabelecida no artigo 4ª desta mesma resolução como prioridade do NIAP, a gerência do Programa Interdisciplinar de Apoio às Escolas Municipais – PROINAPE.

E assim, em 2012, foi criado novo documento norteador, no qual as equipes PROINAPE das dez coordenadorias regionais de educação (CRE) puderam opinar, discutir, acrescentar itens e ações. Apesar da versão final não conter todos os apontamentos e críticas, pode-se considerar que houve um avanço no diálogo das equipes com a gestão do programa.

No plano de ação para o ano de 2012 da SME-RJ o documento norteador reconhece a diversidade de questões envolvidas na educação: “As relações ensino-aprendizagem com seus diversos atravessamentos e desdobramentos no cotidiano escolar, entendendo-os como partes constituintes deste contexto”. Entre os objetivos definidos pelo programa, destacam-se:

- Contribuir para o fortalecimento das equipes das Unidades Escolares de modo que se reconheçam e se consolidem como parte da rede de proteção à criança e ao adolescente.
- Favorecer o processo de implicação e participação da comunidade escolar nos diferentes espaços de representatividade, objetivando a gestão democrática.
- Promover a interlocução com as políticas e a rede de serviços do território de forma a favorecer o trabalho para ampliação das respostas necessárias às questões que se interpõem no cotidiano escolar.

Como destaca Cunha (2013) esse documento de 2012 contribuiu com a equipe PROINAPE para uma ação mais abrangente dentro das escolas e nas suas coordenadorias, superando aquela ação focalizada e delimitada do norteador anterior para um atendimento mais amplo englobando toda a comunidade escolar.

Infelizmente, alguns dos profissionais da CRE's, assim como das escolas, não possuem essa visão mais abrangente, muitas vezes acreditam que a equipe de assistentes sociais, psicólogos e professores trabalhando em conjunto numa escola é apenas para resolver os problemas que a unidade escolar não consegue solucionar. Todavia, essa não é a proposta

do programa. E sim que por meio de uma ação interdisciplinar possa se trabalhar em prol da superação dos desafios que são postos no cotidiano escolar dos alunos, e fazer com que todos compreendam a necessidade de um trabalho para além de um controle de frequência para garantia da família no programa de transferência de renda, mas que haja uma preocupação maior de estreitar os laços entre a família e a escola de modo que os pais sejam mais presentes nos processos decisórios da instituição educacional.

Apesar de o PROINAPE desenvolver um bom trabalho, é preciso frisar que ele se trata apenas de um programa. E por ser um programa de governo, ele pode sofrer alterações, ou até mesmo extinção, por questões políticas ou de recursos, enfim. Além disso, essa equipe de profissionais por mais que estejam atrelados a SME, não são funcionários da instituição escola. Estes são cedidos pela Prefeitura para atuar numa escola escolhida pela CRE e ali exercer um trabalho interdisciplinar que pode durar anos, ou meses, dependendo das orientações de cada CRE.

Outro ponto que podemos frisar é a ação da equipe PROINAPE que se assemelha a uma ação de “bombeiro”. Estes profissionais são direcionados para as escolas que estão “incendiando” de tantos problemas como: elevado índice de evasão escolar, infrequencia, baixo rendimento no IDEB (Índice de Desenvolvimento de educação básica), situadas em locais de riscos recebem alunos em situação de vulnerabilidade social, envolvimento com drogas, etc. Porém, esta equipe fica a mercê da CRE, não possuem autonomia profissional nas suas intervenções, mesmo sendo profissionais altamente capacitados e preparados para lidar com a situação, ficam submetidos a gestão do programa.

Ao serem direcionados para essas escolas desenvolvem ali inúmeros trabalhos como palestras, atividades para as famílias e alunos, mas não se sabe por quanto tempo o programa permanecerá na instituição, pois fica a critério da CRE analisar e decidir se o programa na determinada escola terá continuidade ou não. Segundo ALMEIDA (2005) quando consolidada a intervenção do Serviço Social nos espaços educacionais poderá se obter resultados positivos a partir de seu trabalho.

A presença dos assistentes sociais, sobretudo, nas escolas, tem sido tomada como a presença de um profissional que possa contribuir com a ampliação do processo educacional em sentido amplo, ou seja, contribuindo para o acesso e a permanência das crianças e jovens na educação escolarizada, assim como para a extensão dessa convivência para outros membros da família, que por razões sociais diversas não concluíram ou experimentaram plenamente esta oportunidade. (ALMEIDA, 2005, p. 4)

Portanto, a conquista de concurso público para assistentes sociais em escolas em âmbito nacional já aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC)

referente ao Projeto de Lei 3688/2000 é muito importante para dar mais legitimidade a esta ação. E condições de trabalho também. O PL 3668 que dispõe sobre a inserção de assistentes sociais e psicólogos nas redes públicas de educação básica é fundamental para o progresso da luta em questão. De certo, será de bom proveito que estes profissionais passem a fazer parte do quadro de funcionários das escolas, assim conquistarão seu espaço e poderão acompanhar os desdobramentos dos problemas sociais, políticos, econômicos e culturais que se expressam dentro e fora das salas de aulas e que impactam no desempenho escolar dos alunos, buscando sanar tais questões com mais autonomia e sem muitos impasses institucionais.

Enquanto isso retomando a situação específica da cidade do Rio de Janeiro, apesar das dificuldades, a atuação do PROINAPE tem proporcionado resultados positivos nas escolas onde atuam, porém é certo de que esses resultados serão muito mais satisfatórios quando os assistentes sociais e psicólogos passarem a compor o quadro de funcionários das escolas públicas de educação básica, pois essa conquista será uma estratégia fundamental para o desenvolvimento da política de educação. Por outro lado sabe-se que não basta colocar o profissional em uma instituição se não possuir condições para desempenhar suas funções; estrutura, equipamentos, salas adequadas, recursos técnicos, capacitação e especialmente abertura para discutir sua participação no processo político pedagógico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção desta monografia é fruto de minhas inquietações acerca da educação brasileira, com destaque no município do Rio de Janeiro, embora a educação em todo Brasil esteja enfrentando problemas de mesma natureza.

Ao ler muitas reportagens sobre a educação no país discutindo o baixo índice de desempenho escolar dos alunos de escolas públicas, a violência e drogas no ambiente escolar, elevado índice de evasão, dentre outros assuntos, pude notar que a melhoria da educação no país não depende somente de professores muito bem qualificados, disponibilização de materiais didáticos de excelência ou no aumento salarial da categoria. Tudo isso é extremamente importante, e infelizmente está muito distante de ser uma realidade nas escolas do país.

De todo modo, enquanto se busca a realização dessas condições outra demanda é a ampliação de profissionais de distintas áreas para atuarem neste espaço, já que cada vez mais as instituições educacionais são responsáveis pela formação das crianças desde a sua mais tenra idade. Isso pode contribuir para garantir uma educação pública de qualidade, pois existem fatores sociais que interferem direta ou indiretamente na educação do país, e que precisam receber máxima atenção para que não causem transtornos para as nossas crianças e adolescentes no seu desempenho escolar e em sua formação para convívio social que respeite a diversidade da condição humana.

Diante de uma sociedade de contradições, de constantes conflitos sociais onde cada vez mais há precarização dos serviços públicos em detrimento do setor privado na qual os pobres não tem acesso, ou são restringidos a ações assistenciais. A expressão política desse modelo, o neoliberalismo, tem promovido em âmbito mundial, com especial impacto aos países periféricos, a intensificação da ação do mercado e provocando a precarização das políticas sociais, inclusive a política de educação. Com isso muitos alunos – aqueles que possuem melhores condições econômicas- em busca de uma educação de qualidade passam a ser meros consumidores do ensino já que a educação pública não consegue oferecer um serviço com eficiência e qualidade.

Com a concentração da população mais pobre nas escolas públicas começam a saltar inúmeros conflitos sociais, e em contextos sociais como o carioca – aumento da criminalidade e violência - principalmente nas periferias, favelas e adjacências, atuar numa escola pública passa a ser um grande desafio para muitos profissionais da educação. Apesar de situações com maior repercussão como é o caso do Rio de Janeiro, por se tratar de uma metrópole marcada pela desigualdade social, essas questões estão presentes em todas as grandes cidades

brasileiras, com questões específicas, porém latentes. E até mesmo em cidades nem tão grandes assim. As situações de preconceito, de desrespeito à diversidade religiosa, étnica, de condição sexual e de gênero, entre outras, que caracterizam a sociedade brasileira desde sua formação, estão evidentes nas escolas de todo o país, do interior aos grandes centros urbanos.

Assim, se evidencia a necessidade da escola e seus profissionais se prepararem para trabalhar com estas questões, e isso não pode se dar apenas na forma de conteúdo. Por isso, defendemos a proposta de uma ação interdisciplinar dentro das escolas contando com a participação de professores, assistentes sociais e psicólogos para uma intervenção mais efetiva e que colabore com o processo educativo dessa criança ou jovem.

Com as diversas expressões da questão social manifestas também na escola demandou por parte do governo respostas através de programas e projetos sociais que pudessem atender determinadas necessidades do dia a dia escolar. Estes programas e projetos não só podem como devem ser planejados, elaborados, executados e avaliados com participação dos assistentes sociais que poderão ter elementos técnicos para acompanhá-los de forma competente.

Sabemos que esses programas sociais apesar de interessar a iniciativa privada (é o caso dos programas de transferência de renda, de qualificação profissional), têm contribuído no curto prazo no atendimento de algumas demandas mais urgentes de seus beneficiários, mas têm muitos limites no sentido de trazer melhorias satisfatórias para a educação do país.

De fato a ação multiprofissional dentro das escolas é fundamental e pode contribuir para a efetivação de um direito social das crianças e adolescentes que é a garantia de uma educação pública de qualidade. A atuação em conjunto de professores, psicólogos e assistentes sociais possibilita a articulação entre saberes profissionais, e ao identificar algum problema que cabe a política de saúde intervir poderão acioná-la para que os profissionais que atuam na tal política colaborem na busca de soluções. Além de tirar uma sobrecarga de requisições que atualmente recaem sobre os educadores somente.

Essa articulação entre áreas profissionais e políticas setoriais é necessária para que os problemas enfrentados pelos alunos e suas famílias tenham uma intervenção mais eficaz com início, meio e fim. Por exemplo: não adianta uma criança que estuda numa escola pública dentro de uma favela, ter aula com um professor competente, se este aluno passa a noite sem dormir, ou, dias sem ir à aula devido aos confrontos entre policiais e traficantes. Os rebatimentos das contradições e da desigualdade social vão repercutir na escola, não há dúvidas. Todavia, essa instituição poderá estar melhor constituída para refletir com os sujeitos que a integram sobre estas questões.

Logo, defendemos que a ação do assistente social na escola não pode ser passageira, ou seja, por tempo determinado; pois novas demandas surgem, e, além disso, as questões com quais irá se envolver são de longo e exaustivo trabalho para que se possa observar avanços. Por exemplo: num trabalho de informação e combate ao preconceito e a discriminação. Quão demorado será? Precisa ser uma ação permanente. O assistente social deve estar dentro das escolas todos os dias para uma ação contínua, pois a sociedade vive em constantes mudanças que refletem diariamente na vida social dos indivíduos inseridos nela.

A luta em prol da PL 3688/2000 que visa à inserção de assistentes sociais e psicólogos no quadro de funcionários de escolas públicas no país para uma ação interdisciplinar no enfrentamento dos conflitos sociais que se expressam dentro e fora das salas de aula, não pode parar. Mesmo que sua conquista seja demorada. Apesar de no município do Rio de Janeiro contar com a equipe PROINAPE que tem desenvolvido importante trabalho, a presença da equipe nas escolas se dá por tempo determinado, para tratar situações de emergência.

Portanto, afirmamos que a presença dos assistentes sociais no cotidiano da escola como um profissional que compõe o quadro de funcionários da instituição, não somente abrirá novos campos de atuação para o Serviço Social, mas também, contribuirá por meio de suas atribuições na proposição de ações concretas e não superficiais; possibilitará a realização de trabalhos com os alunos e suas famílias, informando e refletindo sobre seus direitos de modo que se apropriem desse conhecimento e possam ter elementos para exercê-lo. Assim como às suas famílias. A defesa do direito à educação de modo integral e o chamamento para o dever do Estado na prestação desse serviço público precisam ser destacados na atividade profissional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. “A educação como direito social e a inserção dos assistentes sociais em estabelecimentos educacionais”. In: *O Serviço Social e a Política Pública de Educação*. 2005.

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de Estado: Nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). 2ª ed. Tradução de Walter Evangelista e Maria Laura Vigueiros de Castro; introdução crítica de José Guilhon Albuquerque, Rio de Janeiro: Graal, 1987.

ANDERSON, P. Entrevista. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 nov. 2002, Caderno especial, p. 9-10.

BARROCO, M. L. S. Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos. – 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

_____. Constituição (1988). Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 ago. 2014

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. RIO DE JANEIRO: CEDECA-RJ, 2012.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. 2012. Disponível em:

<http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-apresentacao>. Acesso em: 10 abr. 2014

_____. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. LDB : Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional : Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [recurso eletrônico]. – 8. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

BRAZ, M. Notas sobre o projeto ético-político do Serviço Social. In CRESS 7ª. Região. Assistente social: ética e direitos. Rio de Janeiro: CRESS/7ª. Região, 2005.

CARVALHO, Carlos Eduardo. O fracasso do Plano Collor: erros de execução ou de concepção? *Revista Economia*, Niterói, RJ, V.4, n.2, p.283-331, jul/dez. 2003.

CASTRO, Jorge Abrahão de, e MENEZES, Raul Miranda. Avanços e Limites na Gestão da Política Federal de Ensino Fundamental nos anos 1990. Texto para Discussão nº 947, Brasília, abril de 2003.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). CONSELHOS REGIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL (5ª, 7ª, 11ª, 20ª e 25ª regiões). Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação. Brasília, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). CONSELHOS REGIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL (7ª, 11ª, 13ª, 20ª e 25ª regiões). Subsídios para o debate sobre o serviço social na educação. Brasília, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). PL educação avança na Câmara e vai ao plenário. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1197>. Acesso em: 19 Out. 2015

CONSENSO DE WASHINGTON- disponível em:
<http://www.politicaeconomia.com/2011/10/os-efeitos-do-consenso-de-washington-na.html>
Acesso em: 22 mai. 2015

CUNHA, Lauren. A. A relação família e escola na experiência do programa interdisciplinar de apoio as escolas (Proinape) no município do Rio de Janeiro. 2013. 217f. Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós Graduação de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Mimeo.

Cury, A.; Gasparine, G. Planejado contra hiperinflação, plano Collor deu início à abertura comercial. G1, São Paulo, 29 set. 2012. Disponível em:
<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/09/planejado-contrahiperinflacao-plano-collor-deu-inicio-abertura-comercial.html>. Acesso em: 04 Out. 2014

Cury, Carlos Roberto Jamil. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 168.

Decinino, Ronaldo. Organizações Internacionais: Conheça as principais multilaterais. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/organizacoes-internacionais-conheca-as-principais-instituicoes-multilaterais.htm> . Acesso em: 04 abr. 2015

DURHAM, Eunice Ribeiro. A Política Educacional do governo Fernando Henrique Cardoso. Novos Estudos, CEBRAP 88, Novembro, 2010, pp. 153-179.

FALEIROS, VICENTE DE PAULA. Estratégias em Serviço Social. 2.ed. São Paulo, Cortez, 1999.

_____. Metodologia e Ideologia do trabalho social. 9.ed.- São Paulo: Cortez, 1997.

FARAGE, Eblin Joseph. Um olhar sobre a escola pública na favela: A inserção do Assistente Social. 2006. 104f. Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós Graduação de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Mimeo.

FERNANDES ARIOSI, C. M. Incorporação das creches à rede municipal de educação infantil pós LDB 9394/96: História e gestão em pauta. Revista Paulista de Educação, São Paulo, v.1, n.1, p.17-29, 2012.

FRIGOTTO, G. Educação e a crise do capitalismo real. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FRIGOTTO Gaudêncio e MARIA, C. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado, *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril, 2003.

FUNDAÇÃO LEMANN. “Saindo da Inércia?”. Boletim da Educação no Brasil. preal, 2009.

G1. JORNAL DA GLOBO. Após fim da greve, professores de SP voltam ao trabalho nesta segunda. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/06/apos-fim-da-greve-professores-de-sp-voltam-ao-trabalho-nesta-segunda.html> . Acesso em: 04 nov. 2015

_____.Insegurança e drogas são os principais vilões da educação no Brasil. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornaldaglobo/0,,MUL1045666-16021,00-INSEGURANCA+E+DROGAS+SAO+OS+PRINCIPAIS+VILOES+DA+EDUCACAO+NO+BRASIL.html>. Acesso em: 26 mar. 2014

_____.Professores aceitam reajuste e encerram greve após mais de 40 dias. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/06/professores-aceitam-reajuste-e-encerram-greve-apos-mais-de-40-dias.html> .Acesso em: 04 nov. 2015

_____.Professores reclamam de baixos salários. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornaldaglobo/0,,MUL1047407-16021,00-PROFESSORES+RECLAMAM+DE+BAIXOS+SALARIOS.html>. Acesso em: 26 mar. 2014

_____.Professores da rede pública do Rio decidem entrar em greve de novo. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/05/professores-da-rede-publica-do-rio-decidem-entrar-em-greve.html>. Acesso em: 04 nov. 2015

_____.Má qualidade de ensino atrasa os alunos brasileiros. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornaldaglobo/0,,MUL1049128-16021,00-MA+QUALIDADE+DO+ENSINO+ATRASA+OS+ALUNOS.html>. Acesso em 26 mar.2014.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do Assistente Social na atualidade IN Atribuições Privativas do/a Assistente Social – Em Questão. Brasília: CFESS, 2002.

_____.Renovação e Conservadorismo no Serviço Social.8.ed.São Paulo,Cortez,2007.

IAMAMOTO, M.V. e CARVALHO, R. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.21.ed.São Paulo, Cortez-Celats, 2007.

IANNI, O. A Questão Social. Revista USP,São Paulo,Setembro,Outubro e Novembro,1989.

INEP. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/>. Acesso em: 21 mai. 2015

Leite Júnior, Alcides Domingues. Desenvolvimento e mudanças no estado brasileiro. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2009.

LUBAMBO, Tiago. Gasto com ensino básico cai no governo Dilma, e verbas de crédito crescem. Veja, São Paulo, Fev 2015. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/educacao-basica-perde-participacao-nos-gastos-totais-do-governo-federal/>. Acesso em: 22 Jun. 2015

Maciel, Marcos. Educação de Jovens e Adultos –MEC. Discurso do Ministro Marco Maciel na solenidade de assinatura do decreto que instituiu a Fundação Educar. Brasília: Novembro, 1985.

MDS. Bolsa Família. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2015/maio/bolsa-familia-mais-de-14-5-milhoes-dos-beneficiarios-acompanhados-cumpriram-a-frequencia-escolar-em-fevereiro-e-marco>. Acesso em: 02 Jul. 2015

MICHELS, Maria Helena. Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. Revista Brasileira de Educação, Santa Catarina, v.11, n.33, p. 406-423, set/dez. 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO. Programa Toda Criança na Escola. Brasília, setembro, 1997.

MOREIRA, Carlos Felipe. Serviço Social na educação básica: particularidades do trabalho do assistente social no atual cenário carioca. In: PEREIRA, Larissa; ALMEIDA, Ney Luiz (Orgs.). **Serviço Social e Educação**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012, cap. 3, p.153-170.

Netto, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64 – 11. ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

_____. (1999) “A construção do projeto ético-político contemporâneo” in Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1 – Brasília: Cead/ABEPSS/CFESS.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As Políticas Educacionais no Governo Lula: rupturas e permanências. RBPAAE – v.25, n.2, p. 197-209, maio/ago.2009

OTRANTO, C. R. A Política de Educação Profissional do Governo Lula. ANPEd. Natal, RN, 2011.

REDES DE DESENVOLVIMENTO DA MARÉ. A articulação de temas essenciais á educação pública na Maré: segurança pública, desempenho escolar e mobilização social. In: FARAGE, E. J; VALENTIM, L.G. **Breves reflexões sobre a educação nos espaços populares: olhares sobre a escola pública na Maré**. Rio de Janeiro, 2010. p. 28-42.

_____. A articulação de temas essenciais á educação pública na Maré: segurança pública, desempenho escolar e mobilização social. In: SILVA, Eliana Sousa. **Território da Maré**. Rio de Janeiro, 2010. p. 17-27.

REVISTA EDUCAÇÃO. Educar em meio à guerra. Disponível em: <http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/153/artigo234702-1.asp>. Acesso em 17 abr. 2014

RIO DE JANEIRO (RJ). Decreto nº 32505 de 13 de julho de 2010. Altera a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Educação – SME e da Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS. Rio de Janeiro, 13 de julho de 2010. Disponível em: <http://smerjniap.blogspot.com/p/d.html>. Acesso em: 18 Out. 2015

_____. Secretaria municipal de educação. Portaria E/SUBE/CED Nº 04 de 10 de Dezembro de 2009. Cria o Programa Interdisciplinar de Apoio às Escolas. Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2009. Disponível em: <http://smerjniap.blogspot.com/p/d.html>. Acesso em: 18 Out. 2015

RIO DE JANEIRO (RJ). Secretaria municipal de educação. RESOLUÇÃO SME Nº 1089, DE 22 DE JULHO DE 2010. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Núcleo Interdisciplinar de Apoio às Unidades Escolares – NIAP – na Secretaria Municipal de Educação e dá outras providências. Rio de Janeiro, 22 de julho de 2010. Disponível em: http://doweb.rio.rj.gov.br/ler_pdf.php?edi_id=1060&page=8. Acesso em: 18 Out. 2015

RIO DE JANEIRO (RJ). Secretaria Municipal de Educação. Resolução nº 74 de 10 de novembro de 2006. Cria o Projeto Rede de Proteção ao Educando – RPE. Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2006.

SAEB – Disponível em: <http://provabrasil.inep.gov.br/>. Acesso em: 21 mai. 2015

SANTOS, Francine Helfreich Coutinho dos. As famílias de classes populares e sua relação com a escola: Uma análise a partir da experiência do Complexo da Maré. 2006.123f. Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós Graduação de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Mimeo.

SANTOS, Sebastião Luiz Oliveira dos. As Políticas Educacionais e a Reforma do Estado no Brasil. 2010. 111f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro: Setembro, 2010. Mimeo.

SILVA, R; SILVA, G. Flavio; STORCH, Marilaine; GOIN, Mariléia. Movimento de Reconceituação do Serviço Social brasileiro: bases conceituais. Universidade do Pampa. v.3, n.1, 2011. Disponível em: <http://seer.unipampa.edu.br/index.php/siepe/article/view/3021>. Acesso em: 18 Fev. 2015

SOARES, Wellington. Kit gay: conheça o material “Escola sem homofobia”. Revista Escola, fev. 2015. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/conheca-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-2011-834620.shtml>. Acesso em: 04 nov. 2015

TEIXEIRA, Joaquina Barata. BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília, CEFESS/ABEPSS, 2009.

TOLEDO, Luiz Fernando. Estadão. Reforma escolar de Alckmin vai afetar mais 2,9 mil classes no Estado. Disponível em: <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral/reforma-escolar-de-alckmin-vai-afetar-2-9-mil-classes-no-estado,10000000513>. Acesso em: 10 nov. 2015

VIANA, Jefferson. O Perigo da ideologia de gênero nas escolas. Instituto Liberal, 2015.
Disponível em: <http://www.institutoliberal.org.br/blog/o-perigo-da-ideologia-de-genero-nas-escolas/>. Acesso em: 04 nov. 2015

ANEXOS

PROJETO DE LEI Nº 3.688. DE 2000

(Do Sr. José Carlos Elias)

Dispõe sobre a introdução de assistente social no quadro de profissionais de educação em cada escola.

(Às Comissões de Educação, Cultura e Desporto; e de Constituição e Justiça e de Redação (art. 54) – art. 24, II)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As escolas públicas terão assistente social em seus quadros profissionais.

Parágrafo único. A função do(a) profissional de assistência social na escola está voltada para o acompanhamento dos alunos na escola e em sua comunidade.

Art. 2º A implementação da determinação contida no art. 1º desta Lei dar-se-á gradualmente até o prazo máximo de cinco anos.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As taxas de evasão e repetência escolar, principalmente no Ensino Fundamental, infelizmente têm-se mantido constantes nos últimos anos.

Sabemos que um dos fatores fundamentais que causam o fracasso escolar está diretamente relacionado às precárias condições socioeconômicas e culturais da família das crianças com dificuldades de aprendizagem.

O constante acompanhamento do(a) assistente social, como profissional especializado, visa ajudar à família e ao estudante a buscarem a redução das negativas conseqüências advindas das dificuldades existentes. Tal atuação terá reflexos na diminuição da evasão escolar e servirá de apoio à ação do(a) professor(a), trazendo como resultado sensíveis melhorias nos níveis de aprendizagem dos estudantes. Além disso, será também de grande importância a atuação deste profissional na prevenção ao uso de drogas.

A gravidade dos problemas enfrentados nas escolas e a urgente necessidade de oferecer alternativas para o seu encaminhamento levam-me a esperar significativo apoio de meus pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 31 de outubro de 2000. – Deputado **José Carlos Elias** (PTB/ES).

Rms 3688/2000

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (PL nº 3.688, de 2000, na Casa de origem), que “Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica”.

Substitua-se o Projeto pelo seguinte:

Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais.

§ 1º As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações voltadas para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais.

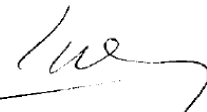
§ 2º O trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino.

Art. 2º Necessidades específicas de desenvolvimento por parte do educando serão atendidas pelas equipes multiprofissionais da escola e, quando necessário, em parceria com os profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS.

Art. 3º Os sistemas de ensino disporão de 1 (um) ano, a partir da data de publicação desta Lei, para tomar as providências necessárias ao cumprimento de suas disposições.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de novembro de 2010.


Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal